

**CEAA**

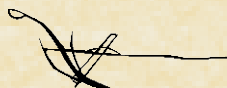
Centro de Estudos Arnaldo Araújo  
Escola Superior Artística do Porto

**Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso  
e Joana Cunha Leal**

**DOIS PARÂMETROS DE ARQUITECTURA  
POSTOS EM SURDINA**

**Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional**

**CADERNO 4**







**Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso  
e Joana Cunha Leal**

**DOIS PARÂMETROS DE ARQUITECTURA  
POSTOS EM SURDINA**

**Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional**

**CADERNO 4**

Edições Caseiras / 19

**Título:**

*DOIS PARÂMETROS DE ARQUITECTURA POSTOS EM SURDINA. Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional. CADERNO 4*

**Autor:**

Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso e Joana Cunha Leal

© Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso e Joana Cunha Leal, CESAP/CEAA, 2013

**Arranjo gráfico:**

Jorge Cunha Pimentel

**Composição:**

Joana Couto

**Edição:**

Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/ESAP

**Propriedade:**

Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto  
R. do Infante D. Henrique, 131  
4050-298 PORTO, PORTUGAL  
Telef: +351 223 392 100/40  
Fax: +351 223 392 101

**Impressão e acabamento:**

LITOPORTO Artes Gráficas Lda

1ª edição, Porto, Junho de 2013

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-972-8784-50-8

Depósito Legal:

Este livro foi realizado no âmbito do projecto *A "Arquitectura Popular em Portugal". Uma Leitura Crítica* tendo enquanto tal sido financiado por fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE (FCOMP-01-0124-FEDER-008832) e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/AUR-AQ1/099063/2008).



União Europeia - FSE / FEDER



Centro de Estudos Arnaldo Araújo  
Escola Superior Artística do Porto  
Largo de S. Domingos, 80  
4050-545 PORTO PORTUGAL  
Telef.: 223392130 / Fax.: 223392139  
e-mail: ceaa.esap@esap.pt

www.ceaa.pt

**Publicação sujeita a peer review**

A equipa do projecto *A “Arquitectura Popular em Portugal”. Uma Leitura Crítica*, que decorre entre 1 de Abril de 2010 e 31 de Março de 2013, com prolongamento até 30 de Junho de 2013, é constituída por Pedro Vieira de Almeida (investigador responsável), Alexandra Cardoso, Joana Cunha Leal e Maria Helena Maia e tem como consultores Josefina Gonzalez Cubero, Mariann Simon e Miguel Angel de la Iglésia.

O projecto é financiado por fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE (FCOMP-01-0124-FEDER-008832) e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/AUR-AQI/099063/2008).

Dedicamos este trabalho ao Pedro, nosso IR sempre tão presente



### III PARTE

#### NOTA INTRODUTÓRIA

#### REVISITAÇÕES DA ARQUITECTURA VERNACULAR. UM POUCO DE HISTÓRIA

A descoberta de Portugal rural

O contributo da geografia

A invenção da casa portuguesa

Da casa portuguesa ao Inquérito à Arquitectura Regional

#### O INQUÉRITO À ARQUITECTURA REGIONAL

“Paternidade” e genealogia do Inquérito

Influência da geografia e da antropologia

Relações com o poder

A questão metodológica

Consequências na arquitectura portuguesa

Contexto Internacional

#### DOCUMENTOS

III Parte. Pedro Vieira de Almeida

Arquitectura Popular em Portugal. Uma Leitura Crítica

Projecto de investigação

Resultados do Projecto

#### AGRADECIMENTOS



## Nota introdutória

Com o *Caderno 4*, encerramos a apresentação do trabalho que realizamos ao longo dos últimos três anos.

Depois de uma I Parte de construção teórica em torno de dois parâmetros expressivos da arquitectura – a espessura e o espaço-transição – que publicamos nos *Cadernos 1 e 2*, e de uma II Parte em que utilizamos o volume *Arquitectura Popular em Portugal* como universo de demonstração, cabe agora a esta III Parte reflectir sobre o Inquérito à Arquitectura Regional e o livro que dele resultou sob o ponto de vista histórico.

Assim, procuramos compreender e enquadrar este Inquérito na evolução da arquitectura portuguesa e internacional, analisar aquilo que sobre ele foi escrito, identificando os principais contributos e compreender o seu significado na cultura arquitectónica portuguesa do século XX.

Muito ficou ainda por fazer, não se esgotando o tema neste nosso trabalho, que de resto sempre se entendeu como uma primeira aproximação que poderia levar a desenvolvimentos futuros.

Mas este é o também o último volume em que apresentamos os resultados do nosso projecto e por isso entendemos dever nele também juntar o rascunho das considerações finais que Pedro Vieira de Almeida tinha começado a escrever, a listagem da produção da equipa e o texto do projecto que, em 2009, apresentamos à FCT no âmbito do concurso para projectos de investigação.



# REVISITAÇÕES DA ARQUITECTURA VERNACULAR. UM POUCO DE HISTÓRIA

Sendo Portugal um país historicamente caracterizado por uma profunda vertente nacionalista, equacionada por Eduardo Lourenço como sendo um problema de “hiperidentidade, de quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da diferença que nos caracteriza ou nós imaginamos como tal no contexto dos outros povos, nações e culturas”<sup>1</sup>, não será de estranhar que a preocupação com a identificação da especificidade da arquitectura nacional se tenha constituído como um problema fulcral ao longo dos séculos XIX e XX.

Efectivamente, logo com a primeira geração romântica<sup>2</sup>, assistimos a uma tentativa declarada de identificação da “arquitECTURA portuguesa”, centrada nas arquitecturas históricas e directamente associada à evolução da historiografia da arte e à estruturação da noção de património então em curso<sup>3</sup>.

Por ventura com menor visibilidade, e com um percurso mais atribulado, começa igualmente a surgir o interesse pela cultura popular. Como enuncia António Medeiros, reconhece-se a “existência de 'entidades provinciais' diferenciadas” e procede-se à “tipificação das suas populações e paisagens”<sup>4</sup>.

É assim que ao longo do século XIX e da primeira metade do séc. XX, se assiste a uma progressiva descoberta do território português e com ela ao da arquitectura e da cultura popular. Esta descoberta acabaria por repercutir-se no horizonte da arquitectura portuguesa da segunda metade de novecentos<sup>5</sup>.

Da primeira geração romântica, que a partir de 1825 começou a descobrir a tradição oral, ao sistemático levantamento da arquitectura popular portuguesa, realizado na década de 1950 pelo Sindicato dos arquitectos com apoio oficial, estende-se todo um percurso de descoberta, debate e compromisso, que importa inventariar.

## A Descoberta de Portugal Rural

Desde o início do século XIX que se começa a assistir a uma idealização do universo popular em grande parte decorrente da procura das raízes da identidade cultural portuguesa, mas efectivamente só a partir da década de 1870 se começa a construir um real reconhecimento da realidade nacional.

Até lá, o “povo português” e a sua cultura constituíam um universo idealizado, com que intelectuais citadinos tomavam contacto sobretudo por via

1. Eduardo LOURENÇO (1990: 10) apud Luís CUNHA – *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional*, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 58

2. Sobre a primeira geração romântica, que inclui nomes como Almeida Garret e Alexandre Herculano, ver por exemplo: José Augusto FRANÇA – *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1993; Álvaro Manuel MACHADO – *Do Romantismo aos Romantismos em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1996;

3. Vd. Maria Helena MAIA – *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Colibri – IHA/Estudos de Arte Contemporânea, 2007

4. António MEDEIROS – “Minho: Retrato oitocentista de uma paisagem de eleição”, *Revista Lusitana*, Nova Série, nº 13-14, 2005, p. 101

5. Vd. por ex. Nuno Teotónio PEREIRA – “Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Regional” in *J-A* nº 195, Março/Abril, 2000 ou Maria Helena MAIA e Alexandra CARDOSO – “Portuguese Popular Architecture: Appropriations” in Proceedings of ISVS-6, 6th International Seminar on Vernacular Settlements, *Contemporary Vernaculars: Places, Processes and Manifestations*. Famagusta, North Cyprus, 2012.

indirecta e muitas vezes reduzida à memória de velhas amas<sup>6</sup>.

Quando na década de 1870, um paradigma de maior rigor científico obrigou à saída para trabalho de campo, o confronto com a realidade não foi muito confortável aos antropólogos e acabou por resultar na instauração de uma leitura negativa que se estendeu à da própria identidade nacional. Essa é uma das razões de fundo que explicam as considerações negativas em volta da cultura e da arte portuguesas que grassam pelos textos de então.

A partir dessa altura a *intelligenza* portuguesa passa a cultivar uma atitude negativa face à nossa identidade cultural, numa exploração quase mórbida da ideia de “decadência nacional” de que Eça de Queirós fornece um resumo mordaz - “fomos à Índia, é verdade, mas quase três séculos são passados, e ainda estamos descansando, derreados desse violento esforço a que nos obrigaram alguns aventureiros (...)”<sup>7</sup>.

No entanto, duas décadas depois, um movimento cultural de sentido contrário surgirá com o *ultimatum* inglês. O sentimento de humilhação nacional que este gerou, acabou por originar um surto de nacionalismo de que os apelos na imprensa à nacionalização da arte e da arquitectura fizeram eco.

É neste contexto que se assiste ao convite aos arquitectos para que produzam uma *casa portuguesa*, isto é, para que produzam um modelo de habitação que simultaneamente reúna características formais indiscutivelmente nacionais e ofereça o conforto considerado necessário à vida quotidiana.

Concretamente no caso da arquitectura, tratava-se do apelo à **invenção** de uma *casa portuguesa* que eruditos e antropólogos tinham desde 1890 vindo a **identificar**<sup>8</sup>.

A partir daqui, assiste-se o uso simultâneo e indiferenciado da designação de *casa portuguesa* com objectivos diferentes consoante se aplicava ao trabalho de antropólogos ou de arquitectos<sup>9</sup>. Esta é, sem dúvida, a origem de muitas das ambiguidades associadas ao tema.

É que existe desde o início um problema de **identificação** da *casa portuguesa* associado aos estudos etnográficos e centrado na clarificação da existência ou não de um tipo nacional de habitação.

Paralelamente, existe também desde o início, o problema da **invenção** da *casa portuguesa*, isto é, o problema arquitectónico de fornecer uma resposta concreta aos apelos de nacionalização da arquitectura, analisada mais à frente.

Importa pois esclarecer sucintamente os contornos que adquiriu cada um destes problemas entre 1890 e 1910, isto é, no período em que surge e se define o tema da *casa portuguesa*, uma vez que, na década de 1950, o Inquérito à Arquitectura Regional se vem expressamente posicionar contra as suas consequências

Em primeiro lugar é importante realçar que, apesar do interesse pela arquitectura popular ter nascido associado ao desejo de identificar um tipo de *casa portuguesa*<sup>10</sup>, existiu desde o primeiro momento a consciência da sua

6. Para uma melhor compreensão da evolução da antropologia em Portugal e dos efeitos do contacto dos antropólogos com o seu objecto de estudo ver João LEAL – “Imagens contrastadas do povo: cultura popular e identidade nacional na antropologia portuguesa oitocentista” in *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Transições*. Porto: Livros Horizonte, 2006, p. 102 Ver também José NEVES – *Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

7. Eça de Queirós – “O Francesismo” in AA.VV. *Os Conferencistas do Casino*. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2005 (1887), p. 127

8. Não cabe na economia deste trabalho abordar a problemática da casa portuguesa no contexto da cultura arquitectónica nacional. Este assunto é tratado em Maria Helena MAIA – “From the Portuguese House to Surveys of Popular Architecture: Notes on the construction of Portuguese architectural identity” in *Architecture, Design and the Nation*. Proceedings of the First Theoretical Currents in Architecture Conference (NTU 14-15 Sep), Nottingham, UK, 2010; e “From the Portuguese House to the ‘Popular Architecture in Portugal’: notes on the construction of Portuguese architectural identity”, *National Identities*, special issue: *Architecture and the Construction of National Identity*, vol. 14, Issue 3, 2012, p. 243-256

9. Para esta dupla vertente do tema foi já chamada a atenção por Rute Figueiredo que fala de “dois sentidos”: um *sentido retrospectivo* ligado aos estudos etnográficos e centrado na existência ou não de um tipo nacional de habitação e um *sentido prospectivo* que procura responder aos apelos de nacionalização da arquitectura e à vontade de encontrar uma solução arquitectónica que lhes desse resposta. Vd. Rute FIGUEIREDO – *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Lisboa: Colibri – IHA/Estudos de Arte Contemporânea, 2007.

10. Henrique das NEVES – *A Cava de Viriato*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, 1893 e “Casa Portuguesa”, *O Ocidente*. Lisboa, Year IX, vol. IXI, n 625, 05/05/1896. Ver também a série de artigos publicados em 1895 por Gabriel PEREIRA na revista *Arte Portuguesa*.

11. Teixeira de CARVALHO – “A Casa Moderna” in *Arte e Arqueologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925 (1901); Abel BOTELHO – “A Casa Portuguesa”, *A Construção Moderna*, Ano IV, n° 92 e 94, 1903 (reprodução do artigo publicado no jornal O Dia de 11-03-1903), Rocha PEIXOTO – “A Casa Portuguesa”, *A Construção Moderna*, n° 141 a 146, 20/08 a 10/10/1904 e n° 155 10/01/1905.

12. Parece ter sido consensual o facto de a cidade e o campo constituírem realidades distintas, verificando-se uma maior diversidade tipológica na primeira. Apesar dessa constatação, o interesse pela habitação rural é dominante entre aqueles que se interessaram pelo tema da *casa portuguesa*, sendo que apenas

Júlio de Castilho privilegia o estudo da habitação urbana. Vd. Joana Cunha LEAL – “A individualidade de Lisboa e o tipo de casa portuguesa em Júlio de Castilho”, *vinte e um por vinte e um*, nº 2, *Arte e Identidade*, Porto, ESAP, 2006, p. 80.

13. Abel BOTELHO – “A Casa...”; Rocha PEIXOTO – “A Casa Portuguesa”..., João BARREIRA – “A Habitação em Portugal” in *Notas Sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1908

14. Destes, apenas Júlio de Castilho privilegia o estudo da habitação urbana Vd. Joana Cunha LEAL – “A individualidade de Lisboa e o tipo de casa portuguesa em Júlio de Castilho”, *vinte e um por vinte e um*, nº 2, *Arte e Identidade*, Porto: ESAP, 2006, p. 80

15. Este autor estabelece uma clara distinção não só entre habitação rural e urbana, como entre construções “com carácter de formação espontânea das que obedecem a moldes eruditos” (João BARREIRA, 1908, “A Habitação...”, p. 148)

16. No caso da literatura o exemplo mais imediato é o da presença de Portugal rural na obra de Júlio Dinis (1839-1871), muito concretamente em obras como *As Pupilas do Senhor Reitor* (1869), *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), *Serões de Província* (1870) e *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871), que foram adaptados ao cinema em 1921 (Georges Pallu), 1924 (Maurice Mauriad), 1935 (Leitão de Barros), 1938 (Arthur Duarte), 1949 (Caetano Bonucci e Amadeu Ferrari) e 1961 (Perdigão Queiroga). Se bem que mais tardia e num registo bastante diferente, é também importante lembrar a obra de Aquilino Ribeiro (1885-1963), um dos mais importantes escritores portugueses da primeira metade do sec. XX, que retractou magnificamente o mundo rural português sem no entanto perder a universalidade da sua escrita, em obras como *Terras do Demo* (1919) *Andam Faunos pelos Bosques* (1926), *A Casa Grande de Romarigães* (1957), *O Malhadinhas e Quando os Lobos Uivam* (1958) e ainda *Avieiros* (1942) de Alves Rodol.

17. Também a fotografia tomará por tema Portugal rural, como acontece nos trabalhos de 1920 de Domingos Alvão (1872-1946) publicados por António Sena (*História da Imagem Fotográfica em Portugal 1839-1997*, Porto: Porto Editora, 1998, p. 214-15)

18. Possidónio da SILVA – *Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal com vistas Photographicas*. Foi a primeira publicação fotográfica em Portugal a contar com apoio oficial. Vd. Paulo BATISTA – *A Casa Biel e as suas edições fotográficas no Portugal de Oitocentos*. Edições Colibri / IHA- Estudos de Arte Contemporânea, Lisboa: FCSH-UNL, 2010, p.101

19. Veja-se, por ex., o caso das fotografias de Carlos Relvas que deram origem a um número considerável de ilustrações nas revistas da época.

diversidade. Ou seja, rapidamente se identificam diferenças regionais<sup>11</sup>, que se atribuem à necessidade de adaptação às condições naturais, e se compreende que a cidade e o campo constituem realidades distintas, a primeira com maior diversidade tipológica do que a segunda<sup>12</sup>. Ao mesmo tempo, começa-se a colocar a possibilidade de que as soluções arquitetónicas encontradas em Portugal possam não ser exclusivo nosso, existindo também noutros países, sobretudo do Sul da Europa<sup>13</sup>.

Por outro lado, se bem que o interesse pela habitação rural seja dominante entre aqueles que se interessaram pelo tema da *casa portuguesa*<sup>14</sup>, quando se trata de definir o universo arquitectónico com ela identificado, é possível detectar diferenças substanciais entre os autores.

Efectivamente, se os antropólogos tendem a restringir o campo de análise à arquitectura popular, esta atitude não é geral. Alguns dos intervenientes, sobretudo os que desenvolviam trabalho no campo da história da arte, tendem a alargar o universo da *casa portuguesa* a exemplares não só históricos, como de arquitectura erudita. Veja-se o exemplo das casas solarengas, algumas das quais de traço erudito, que ilustram o trabalho sobre a habitação em Portugal publicado em 1909 por João Barreira<sup>15</sup>.

Importa ainda realçar que o universo geográfico da *casa portuguesa* também não era uniforme, existindo toda uma variedade de opções quanto à percentagem do país abrangida e às preferências geográficas dos autores.

Registe-se que o tema da *casa portuguesa* surge num momento em que se começava a tomar contacto directo com a realidade do país, nessa altura ainda bastante mal conhecido, sendo importante aqui realçar o papel que a saída para o terreno tem na construção desta consciência nacional.

Escritores, pintores, antropólogos, geógrafos, arquitectos e arqueólogos, entre outros, partilham um mesmo interesse pelo Portugal profundo que ajudam a descobrir e que vemos reflectido nas suas obras. No caso da literatura, recorde-se como exemplo mais imediato, o da presença de Portugal rural na obra de Júlio Dinis (1839-1871), nomeadamente *As Pupilas do Senhor Reitor* (1869), *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), *Serões de Província* (1870) e *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871)<sup>16</sup>. Na mesma altura, esse mesmo Portugal é tratado também na pintura, em obras como *Visita Pascal* de Augusto Roquemont, *Festa da Aldeia* de Leonel Pereira ou *Provando o Jantar* de Roque Gameiro<sup>17</sup>.

Por outro lado, a adesão à fotografia como método de registo, vai ganhando força e vemos arquitectos-arqueólogos como Possidónio da Silva (1861-1862)<sup>18</sup> partirem para o terreno registando monumentos, paisagens e arquitecturas até aí desconhecidas, que vêm a estar na origem de outras tantas gravuras publicadas em revistas da época<sup>19</sup>, como é o caso pioneiro da revista *Panorama Fotográfico de Portugal*, publicada em Coimbra entre 1869 e 1874, que já incluía vistas de várias localidades, da autoria de vários fotógrafos entre os quais Carlos Relvas<sup>20</sup>.



Castelo de Montalegre. *A Arte e a Natureza em Portugal*. Emilio Biel ed., 1907, vol. 7

Note-se que desde o início da década de 1880, ao interesse pelo monumento histórico-arquitectónico já se tinha juntado uma emergente sensibilidade pelo conjunto urbano, em grande parte vernacular. É assim que vemos em 1879 Júlio de Castilho estudar o Bairro Alto de Lisboa<sup>21</sup> e em 1880, Carlos Relvas<sup>22</sup> fotografar os conjuntos urbanos desenhados por Alfredo de Andrade e relatados por Rangel de Lima quando percorreram Portugal em busca de material para a exposição de arte portuguesa que se realizaria no South Kensington Museum nesse mesmo ano<sup>23</sup>. Em ambos os casos, a habitação popular começava a aparecer, integrada em conjuntos urbanos<sup>24</sup> históricos e pitorescos.

Recorde-se que paralelamente se vinha construindo um *corpus* de conhecimento da habitação tradicional, que no contexto do debate em torno da *casa portuguesa*, se tinha tornado num dos temas (senão o tema) centrais da cultura arquitectónica nacional.

Mas é nos primeiros anos do século XX que vamos ver surgir as principais obras de descoberta de Portugal rural cuja imagem, com a ajuda da fotografia, vão começar a vulgarizar. Casas e povoados rurais distantes e arcaicos surgem em paridade com “belezas” naturais e monumentos nas páginas de obras como *A Arte e a Natureza em Portugal*, editada por Emilio Biel entre 1902 e 1908<sup>25</sup>, com fotografias próprias e de Cunha Moraes e textos de alguns dos intelectuais mais activos da época<sup>26</sup>.

É na viragem para o século XX que verdadeiramente a arquitectura popular entra nos interesses da *intelligenza* nacional em geral e adquire uma presença importante no universo arquitectónico português.

20. Carlos Relvas desenvolveu um trabalho importante no campo da fotografia de arquitectura, tendo o seu trabalho estado na base de um número significativo de gravuras publicadas na imprensa periódica da época. Sobre a relação entre fotografia e arquitectura em Portugal, no século XIX, ver Alexandra TREVISAN e Maria Helena MAIA – “Architecture et photographie d’architecture au XIXe siècle en Portugal” Aceite [Janeiro 2013] in *Architectes et photographes au XIXe siècle* Actas da Journée d’études. (Paris: INHA, 23 Outubro 2012) e António SENA – *História da Imagem Fotográfica em Portugal – 1839-1997*. Porto: Porto Editora, 1998.

21. Júlio de CASTILHO – *Lisboa Antiga* T. 1 *O Bairro Alto de Lisboa*. Lisboa: Livr. de A. M. Pereira, 1879.

22. Ver também *Vistas de Portugal* (1880) de Carlos Relvas (1838-1994). Vd. António SENA – *História da Imagem Fotográfica...*p. 66.

23. Rangel de Lima (jornalista), Alfredo de Andrade (arquitecto) e Carlos Relvas (fotógrafo) percorreram Portugal em 1880 com o duplo objectivo de recolher obras de arte portuguesas para a exposição que se preparava no South Kensington Museum em Londres e recolher os dados que lhes permitissem emitir parecer sobre o valor do património móvel e imóvel dos conventos que o governo pretendia por à venda, com vista à salvaguarda daqueles a que fosse atribuído valor patrimonial. Os relatórios desta comissão dão uma ideia bastante negativa do estado em que se encontrava o património nacional (Vd. Maria Helena MAIA – *Património e Restauro...*, p. 222-23).

24. Note-se que Joana Cunha Leal data de 1879 os primeiros sinais de valorização patrimonial de conjuntos urbanos, identificados na obra de Júlio de Castilho dedicada ao Bairro Alto. Vd. Joana Cunha LEAL – “A individualidade de Lisboa...”

25. *A Arte e a Natureza em Portugal*. Emilio Biel & Cª, Porto, 1902-1908

26. Como é o caso, entre outros, de Ramalho Ortigão, Joaquim de Vasconcelos, Manuel Monteiro, Gabriel Pereira, Simões de Castro, Júlio de Castilho ou Augusto Fuschini.

Esta presença começou a ganhar corpo na última década do séc. XIX, coincidindo com o desenvolvimento da corrente atrás referida de identificação da *casa portuguesa* que, no campo da antropologia encontra em Rocha Peixoto o primeiro grande sistematizador. Para Rocha Peixoto apenas em lugares esquecidos do interior sobrevivia inalterada a imagem autêntica e intemporal do país, sendo essas que “pela persistência de alguns tipos, representam o espelho fiel da vida de outras eras”<sup>27</sup>.

Primeiro em 1898 no artigo *Os Palheiros do Litoral*<sup>28</sup> e depois em 1904 com *A Casa Portuguesa*<sup>29</sup>, Rocha Peixoto procede à primeira sistematização dos diferentes tipos de habitação popular, classificando-os e ilustrando-os com fotografias.

Pouco depois, João Barreira descreve para a exposição nacional do Rio de Janeiro de 1908 os tipos de casa portuguesa<sup>30</sup>.

Seguem-se “inquéritos” particulares de arquitectos, como Raul Lino e Carlos Ramos, que reflectem nos seus projectos a observação da arquitectura tradicional que encontraram nas viagens por Portugal<sup>31</sup>.

Será porém necessário chegar aos anos 40 do século XX para entrarmos numa nova fase da relação com a cultura vernacular, processo em que o trabalho do geógrafo Orlando Ribeiro terá um significado especial.

### O Contributo da Geografia

É hoje consensual considerar-se que a ideia da unidade do território português hoje existente resulta mais da “continuidade de um poder político que dominou o conjunto de uma maneira firme e fortemente centralizada”<sup>32</sup> ao longo dos séculos, do que de qualquer tipo de homogeneidade étnica ou geográfica.

No entanto, este consenso não se obteve sem que durante cerca de um século se reflectisse intensamente sobre a individualidade portuguesa.

No que à geografia se refere, esta reflexão começa em 1876 com o primeiro volume da *Geografia Universal* de Elisée Reclus e termina em 1983, com a síntese das diferentes posições realizada por Carlos Alberto Medeiros na Introdução à *História de Portugal* na sequência do balanço realizado por Orlando Ribeiro nas *Introduções Geográficas à História de Portugal* em 1977<sup>33</sup>.

Como já foi notado<sup>34</sup>, o “problema da nossa individualidade geográfica” esgotou-se neste século de reflexão e debate, tendo “como resultado mais positivo a determinação das condições naturais, não do conjunto do território português, mas da sua divisão regional, ou seja das diferenças que o atravessam. Acentuou a falta de unidade.”

Efectivamente, desde a publicação em 1945 de *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico* de Orlando Ribeiro, ficou demonstrada a existência de 3 grandes regiões naturais no território nacional: o Norte Atlântico, o Norte Transmon-

27. Rocha Peixoto – “Palheiros do Litoral”, *Portugália*, n. 1, 1899, p. 79 e 81.

28. Rocha Peixoto – “Palheiros do Litoral”...

29. Rocha PEIXOTO – “A Casa Portuguesa”, *A Construção Moderna*, n. 141 a 146, 20/08 a 10/10/1904 e n. 155 10/01/1905

30. João BARREIRA – “A Habitação em Portugal” in *Notas Sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908

31. Vd. Pedro Vieira de Almeida – *Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 106

32. José MATTOSO, Suzanne DAVEAU e Duarte BELO – *Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*, s.l.: Circulo de Leitores, 2011, p. 27

33. Vd. José MATTOSO, Suzanne DAVEAU e Duarte BELO – *Portugal. O Sabor da Terra...*, p. 27-29

34. José MATTOSO, Suzanne DAVEAU e Duarte BELO – *Portugal. O Sabor da Terra...*, p. 31



Beira Litoral, sem data  
© Orlando Ribeiro

tano e o Sul.

Note-se porém que na década de 1960, os geógrafos atribuíam maior importância à oposição Norte-Sul do que à diferença Leste-Oeste, isto é, Litoral-Interior, que a divisão proposta por Orlando Ribeiro do Norte configurava<sup>35</sup>.

Importa ainda referir que este autor subdividia as suas três grandes áreas em 23 “unidades de paisagem” caracterizadas essencialmente pelo relevo e pela natureza do solo<sup>36</sup>. Para chegar a esta divisão, Orlando Ribeiro tomou em conta as províncias tradicionais – seguidas por exemplo no Guia de Portugal publicado em 1924<sup>37</sup> – embora “procurando definir e caracterizar regiões geográficas baseadas principalmente na natureza”<sup>38</sup>.

Para além da caracterização geográfica, *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico* propõe ainda uma leitura da arquitectura popular portuguesa, directamente articulada com os materiais de construção local e com o relevo<sup>39</sup>.

Realçando a existência de um uso generalizado da pedra em todo o território português<sup>40</sup>, o autor chama no entanto à atenção para três excepções: as construções de taipa e adobe; os palheiros de madeira assentes sobre estacas e as barracas construídas com estormo<sup>41</sup>.

Quanto à forma da casa popular, Orlando Ribeiro distingue dois tipos fundamentais: o do Norte e o do Sul, ambos de planta rectangular e telhado geralmente de duas águas.

Segundo este autor, no Norte a casa é caracterizada por uma construção em dois pisos, em que o 1º se destina ao abrigo do gado, alfaías e produtos agrícolas e o 2º piso, com acesso independente através de escadas de pedra, é ocupado pela habitação constituída por cozinha e quarto. Geralmente esta casa não só não tem chaminé como tem poucas janelas, o que resulta num interior escurecido pelo fumo. Exteriormente é frequente existir uma varanda

35. José MATTOSO, Suzanne DAVEAU e Duarte BELO – *Portugal. O Sabor da Terra...*, p. 31. Note-se que existiam variantes nesta divisão geográfica, entre as quais é de referir a proposta de Amorim Girão que dividia Portugal em três grandes zonas - Norte, Centro e Sul – traçadas horizontalmente sobre o mapa.

36. Orlando RIBEIRO – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*. 7ª edição ampliada, Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1998 (1945)

37. *Guia de Portugal*. 1924, Biblioteca Nacional, Lisboa, 8 volumes

38. Orlando RIBEIRO – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico...*, p.141

39. Orlando RIBEIRO – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico...*, p. 92

40. “o uso da pedra como material de construção, em muros de suporte ou de resguardo dos campos, no calcetamento de caminhos rurais, em pontes e aquedutos, no forro dos poços, nos currais e abrigos para gado, em edifícios destinados a guardar os produtos da colheita ou na habitação humana, é um traço comum ao território português” (Orlando RIBEIRO – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico...*, p. 92)

41. Gramínia que cresce nos areais

corrida, coberta pelo telhado.

No Sul a construção é de um só piso destinado exclusivamente a habitação, com paredes caiadas tanto no interior como no exterior. A chaminé é um elemento arquitectónico de destaque na fachada.

Sob o ponto de vista funcional, Orlando Ribeiro aproxima a casa do norte de alguns montes alentejanos que, à semelhança desta reúnem aos espaços habitacionais os espaços destinados a funções agrícolas, se bem que, no segundo caso, se tratem de construções de um único piso, tendo ambas um pátio associado.

Este interesse pela arquitectura popular, caracterizou também o trabalho de outros profissionais.

Já no fim dos anos 1930, um grupo de agrónomos se tinham interessado pelo tema, tendo realizado com apoio oficial, um *Inquérito à Arquitectura Rural* que, por ter denunciado a miséria das condições de vida da população, acabou por ser objecto da censura política então existente, pelo que apenas foram publicados 2 dos 3 volumes previstos<sup>42</sup>

Também os antropólogos portugueses darão atenção ao tema, certamente atraídos pelos apontamentos de Orlando Ribeiro.

Veiga de Oliveira testemunha que já em 1947 a habitação tradicional portuguesa era um dos temas a que os antropólogos atribuíam maior interesse, procurando “levar a cabo um estudo global sobre essa matéria, analisando e estudando a casa na complexa variedade dos seus aspectos, arquitectónicos, etnográficos e históricos”. Na década seguinte, foram publicados numerosos estudos sobre vários tipos de casas, que deveriam contribuir para um “projectado estudo global”<sup>43</sup>.

Nesta abordagem da cultura popular, os antropólogos seguem de perto as zonas definidas por Orlando Ribeiro, identificando o Portugal Atlântico com a Ibéria Húmida, o Portugal Transmontano com a Ibéria Seca e o Sul, o Portugal Mediterrâneo com a Ibéria Árida<sup>44</sup>.

Estava-se muito longe já das primeiras tentativas de identificação de uma casa portuguesa que caracterizam os primeiros passos do estudo da habitação popular, como se verá mais à frente.

O mesmo acontecia no que se refere às consequências dos apelos à apresentação de solução arquitectónica para uma casa portuguesa contemporânea.

### **A invenção da casa portuguesa**

Paralelamente ao desenvolvimento das diversas abordagens da arquitectura popular que se têm vindo a tratar, decorria um processo de invenção de uma *casa portuguesa* que combinasse uma resposta formal às aspirações nacionalistas com o conforto necessário para um uso actual.

Como já foi referido, na última década do séc. XIX multiplicam-se na

42. Pedro Vieira de ALMEIDA e Maria Helena MAIA – “As décadas pós-Congresso. Os anos 50” in *História da Arte em Portugal*, vol. 14, *Arquitectura Moderna*. Dir. Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes. Lisboa: Alfa, 1986

43. O estudo da habitação tradicional constituiu uma verdadeira linha de investigação para Centro de Estudos de Etnologia, a partir de 1947, data da sua criação, sendo muito presente na obra dos investigadores a ele associados. Vd. Ernesto Veiga de OLIVEIRA – Introdução à 2ª edição de *Casas Esguias do Porto e Sobrados do Recife* (1986) apud Ernesto Veiga de OLIVEIRA e Fernando GALHANO – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: D. Quixote, 2000 (1992), p. 11.

44. Ernesto Veiga de OLIVEIRA e Fernando GALHANO – *Arquitectura Tradicional...*, p. 17.

imprensa da época os apelos à nacionalização da arte, acompanhada de uma atitude combativa, que pode ser exemplificada pela ideia de Ramalho Ortigão de que “uma arte genuinamente portuguesa *deveria* existir” ou pelo menos poderia ser *reinventada*<sup>45</sup>.

No campo da arquitectura a resposta a estes apelos passava em grande parte pelo investimento na criação de uma *casa portuguesa*, que constituísse uma alternativa aos modelos arquitectónicos importados<sup>46</sup>.

Aos arquitectos, a quem cabia a tarefa, eram dadas as mais variadas sugestões, feitas críticas e tecidos elogios nem sempre concordantes entre si.

Por um lado, neste tactear de caminhos possíveis, a “descoberta” da arquitectura popular vem fornecer um novo universo de referência. E dentro desta interessava sobretudo a que se podia encontrar nos meios pobres e rurais e que, por isso mesmo, era vista como a mais genuína representante da cultura nacional<sup>47</sup>.

Mas a referência vernácula não é a única presente na invenção formal da *casa portuguesa*, que tem que ser compreendida no âmbito do movimento geral de nacionalização da arquitectura.

Convém não esquecer que, nesta viragem do século XIX para o século XX, a arquitectura românica<sup>48</sup>, manuelina, ou mesmo do séc. XVII, disputavam entre si o lugar de principal detentora dos sinais de portugalidade. Por exemplo, a referência manuelina, que tinha ganho o lugar de representante privilegiada da identidade nacional, apesar de fortemente questionada<sup>49</sup> não só não desaparecera, como continuava a funcionar plenamente na primeira década do século XX. Efectivamente o repertório formal manuelino não só foi defendido como referência a adoptar<sup>50</sup> como foi usado nalgumas das primeiras tentativas de concretização da *casa portuguesa*<sup>51</sup>.

Outra das vias consideradas possíveis, era a apontada pelos projectos do então jovem Raul Lino, entre os quais se contava o projecto apresentado ao concurso para o pavilhão de Portugal na Exposição de Paris de 1900. Neste caso em concreto, socorrendo-se da colagem de elementos provenientes de referências diversificadas, comum na arquitectura das feiras internacionais, Raul Lino construía um projecto dotado de grande coerência formal<sup>52</sup>.

Quatro anos depois, Ricardo Severo experimentava o mesmo caminho em casa própria, neste caso, tentando sintetizar a diversidade formal detectada no terreno numa solução feita do somatório das referências seleccionadas.

Não por acaso, o elogio desta casa é feito por Rocha Peixoto no artigo, já referido, em que definitivamente sistematiza a diversidade da arquitectura popular portuguesa<sup>53</sup> e portanto elimina qualquer pretensão à existência de um modelo único da mesma.

É que nesta casa se tentava articular o estudo da arquitectura tradicional portuguesa, fosse ela popular ou erudita, com a construção de um modelo ideal de *casa portuguesa* que pudesse congrega claramente os sinais da nossa identidade nacional.

45. Ramalho ORTIGÃO – “Arte Portuguesa” (1890) in *Arte Portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora, vol. III, 1947, p. 140.

46. Eram especialmente criticadas as combinações estilísticas de carácter cenográfico e a moda do chalet que então se tinham generalizado nos arredores de Lisboa, descritas como uma “híbrida confusão alucinada do *chalet* suíço, do *cottage* inglês, da fortaleza normanda, do minarete tártaro e da mesquita moura, – nódoa e vexame da paisagem portuguesa nas redondezas de Lisboa”. (Ramalho ORTIGÃO – “O Culto da Arte em Portugal” (1896) in *Arte Portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora, vol. I, 1943, p. 131-32).

47. Esta abordagem resulta em grande parte da permanência de uma visão do povo vinda do Romantismo, em que este é “situado à margem do progresso, encarado como guardião do arcaísmo e da tradição, entidade imutável na sua persistente fidelidade a si própria, emblema por excelência de uma alteridade «doméstica» que, mais do que demonstrada, é sobretudo para demonstrar” (João de Freitas BRANCO e João LEAL – “Introdução”, *Revista Lusitana*, Nova Série, nº 13-14, 1995, p. 5)

48. José de FIGUEIREDO – *Portugal na Exposição de Paris*. Lisboa: Livraria Moderna, 1909, p.9.

49. Precisamente em 1904, Guerra Junqueiro (*Arte e Vida*, p. 31) falava de “manuelinhos” ou “manuelzinhos” e em 1908, Joaquim de Vasconcelos (“Artes Decorativas Portuguesas” in *Notas Sobre Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908) denunciava a “fúria insana com que se devaneava no moderno estilo manuelino”. Vd. José-Augusto FRANÇA – *A Arte em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Livraria Bertrand, vol. II, 1981, p. 175 e 177

50. Não é portanto estranho que, em 1895, entre os apelos à nacionalização da arquitectura se encontrem defensores do Manuelino como referência preferencial. Concretamente, aconselham-se os arquitectos a procurar inspiração no Mosteiro dos Jerónimos e dele copiarem fragmentos “em edifícios actuais para usos actuais” (Gabriel PEREIRA – “Esthetica Portugueza”, *Arte Portuguesa*, Ano I, nº 2, Lisboa, Fevereiro, 1895, p. 26).

51. Na viragem do século, para alguns autores, as composições cenográficas de Francisco Vilaça, dominadas por valores de imagem e fortemente condimentadas com a referência manuelina, constituíam um caminho possível. Veja-se a casa O'Neill/Castro Guimarães, em Cascais, então apontada como um dos exemplos de que existia uma solução “absolutamente satisfatória” para o problema da *casa portuguesa*.

52. Vd. Pedro Vieira de ALMEIDA – “Raul Lino, arquitecto moderno” in *Raul Lino. Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970

53. Rocha PEIXOTO – “A Casa Portuguesa”, *A Construção Moderna*, nº 143, 10-09-1904

Pela mesma altura, construía-se em Cascais a casa do conde Arnoso, consensual talvez por ser “tão saudosamente semelhante à casa dos nossos avós”<sup>54</sup>, mas estava-se ainda longe de ter uma ideia clara da solução arquitectónica adequada à *casa portuguesa*, para a qual, no entanto, se ia caminhando, tentando entre críticas e elogios.

Na imprensa das primeiras décadas do século XX, proliferavam as referências a obras enquadráveis no movimento da *casa portuguesa*, produzidas por arquitectos desejosos de “dotar o país com arquitectura propriamente sua”, como noticiava a revista *Arquitectura Portuguesa*, em 1915<sup>55</sup>.

Por essa altura, Raul Lino era já identificado como o criador da *casa portuguesa*<sup>56</sup>, e os seus projectos descritos como construções modernas de inspiração tradicional, vão influenciar os arquitectos do seu tempo, sendo tomados como uma espécie de modelo nacional de bom gosto<sup>57</sup>.

Mas aqui importa realçar que, como em primeiro lugar defendeu Pedro Vieira de Almeida<sup>58</sup>, para Lino, “a tentativa de um caminho de identidade nacional implica(va) uma verdadeira inventariação de estruturas do habitar, e não uma simples catalogação de artificios formais”.

São essas que se dedica a analisar nas viagens de bicicleta que fez por Portugal<sup>59</sup> nos anos de juventude e que se vão reflectir numa proposta de valores-de-habitar, elemento fulcral de toda a sua obra.

É que a habitação, tanto como programa arquitectónico como enquanto tema de reflexão, ocupa um lugar central na obra Raul Lino, que contribuiu decisivamente não só para a construção das ideias de arquitectura nacional e de arquitectura doméstica, mas também para a associação entre arquitectura doméstica e habitação unifamiliar<sup>60</sup>.

A questão da casa portuguesa vai assim monopolizar a reflexão sobre arquitectura em Portugal nas primeiras quatro décadas do século XX, remetendo tudo o resto para segundo plano. Neste processo vão ser fundamentais os três livros que Raul Lino publicou em 1918, 1929 e 1933, em defesa das suas ideias.

No primeiro livro, *A Nossa Casa* (1918)<sup>61</sup>, detecta-se uma clara intenção pedagógica. Nele, Raul Lino defende o recurso ao bom senso na organização do interior da casa, revelando preocupações com a sua adaptação ao modo de vida familiar. Para além disso, resolve o problema da linguagem a usar, apontando como “lógico que se construa no estilo da região”, socorrendo-se dos materiais, da mão-de-obra e da tradição locais.

Segue-se *A Casa Portuguesa* (1929), no contexto nacionalista da representação portuguesa na exposição de Sevilha<sup>62</sup>. Nesta obra, Lino troca os objectivos pedagógicos por uma abordagem histórica do tema que tenta organizar cronologicamente, discurso mais adequado ao fim de representação a que se destinava.

A acompanhar este texto, surgem mais de uma centena de imagens, quase

54. Ramalho ORTIGÃO – Ramalho Ortigão, 1947 (1890), “Arte Portuguesa” in *Arte Portuguesa*, Clássica Editora, Lisboa, vol. III, p. 131-32

55. Rute FIGUEIREDO – *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Lisboa: Colibri – IHA/Estudos de Arte Contemporânea, 2007

56. T.C. (Teixeira de Carvalho) – “A casa do sr. Albino Caetano da Silva”, *Arquitectura Portuguesa*, Ano II, nº 8, Agosto, 1909, p. 29.

57. Ver José Augusto FRANÇA – “Raul Lino. Arquitecto da geração de 90” in *Raul Lino. Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970

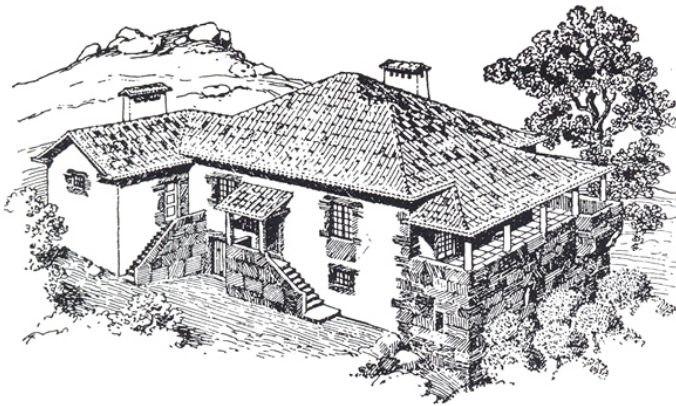
58. Pedro Vieira de ALMEIDA e Maria Helena MAIA – “Sociedade e Identidade Nacionais” in *História da Arte em Portugal*, vol. 14 *Arquitectura Moderna*. Dir Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes. Lisboa: Alfa, 1986, p. 47

59. Raul Lino terá percorrido Portugal e em especial o Alentejo, de bicicleta, na companhia de Roque Gameiro, recolhendo ao vivo informações sobre a nossa arquitectura. Vd. Pedro Vieira de ALMEIDA – “O Inquérito à Arquitectura Regional” in *Apontamentos para uma Teoria da arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 105

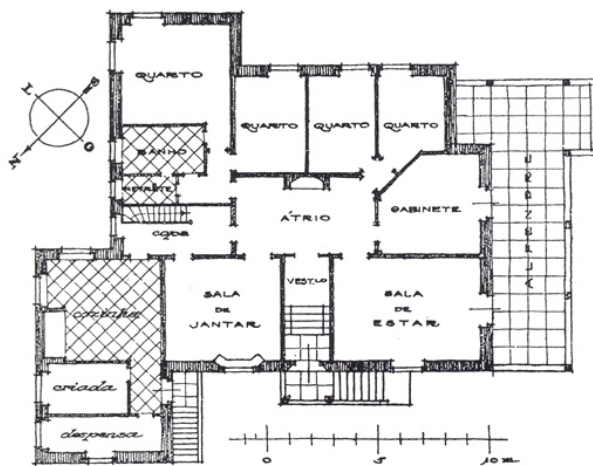
60. Vd. Patrícia Santos PEDROSA – *Habitar em Portugal nos Anos 1960: Ruptura e Antecedentes. Um caminho pelo interior do discurso*. Tese de Doutoramento, Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2010, p. 34.

61. Raul LINO – *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*. Lisboa: Atlântida, 1918, p. 9 e 15.

62. Trata-se da Exposição Iberoamericana de Sevilha, inaugurada em Maio de 1929, destinada a demonstrar a proximidade de Espanha e Portugal com as respectivas ex-colónias americanas.



Raul Lino, Casas Portuguesas, 1933



22. CASA RÚSTICA EM TRÁS-OS-MONTES — Materiais quase todos da região.

todas fotografias de exteriores. A grande diversidade dos exemplos escolhidos resulta num discurso iconográfico que reforça a consciência da pluralidade de referências presente na *casa portuguesa*, o que se virá a reflectir-se na obra seguinte.

Por último, *Casas Portuguesas* (1933)<sup>63</sup>, retoma simultaneamente os objectivos pedagógicos e a reflexão sobre as questões de habitabilidade a floradas na primeira das obras publicadas.

Raul Lino defende aqui a importância de pensar, e projectar, o interior da casa em função das necessidades concretas dos respectivos habitantes, aceitando a inexistência de uma noção de conforto universal e portanto a importância de equacionar a resposta caso a caso. Simultaneamente, retoma a ideia de “bom senso” como um factor fundamental no processo criativo. Neste, considera igualmente importante o cuidado com as proporções e a obtenção da *harmonia*, aqui entendida como integração na paisagem.

Nesta obra, defende ainda o uso da “linguagem própria do país, consentânea

63. Raul LINO – *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933

com a época actual”<sup>64</sup> na arquitectura, não através da fixação de modelos mas da sua constante reinvenção.

A novidade é que, desta vez, a par do texto é publicado um conjunto de aguarelas em que formaliza graficamente algumas soluções arquitectónicas pensadas em função das diferentes regiões.

Com estas ilustrações Raul Lino acabou por obter o resultado contrário ao pretendido. Em vez de serem compreendidas como indicação de exemplos possíveis, as soluções contidas nos seus desenhos foram rapidamente absorvidas como receituário formal. Precisamente por isso, Pedro Vieira de Almeida consideraria *As Casas Portuguesas* o mais perigoso livro de Raul Lino.

Por certo quando em 1918 confessava desejar contribuir para a “educação do povo” em que reconhecia ser muito “arreigado o espírito de imitação”<sup>65</sup>, Lino não esperaria que o seu labor didáctico terminasse desta forma.

No início da sua carreira, Raul Lino considerava positivo o movimento da *casa portuguesa*, enquanto reacção à desnacionalização da nossa arquitectura por via da influência das “revistas francesas”<sup>66</sup>, uma “salutar reacção no sentido do reaportuguesamento da nossa casa”<sup>67</sup>.

Em 1933, no entanto, já descontente com os resultados denuncia a desqualificação, o “portuguesinho crochet”<sup>68</sup> que caracteriza boa parte dos projectos que se inscreviam nesta corrente. Talvez daí a tentação em apontar caminhos possíveis.

Depois dessa data, aos desenhos de Lino, lidos como modelos, juntaram-se exemplos vários nas revistas da época e alguns livros ilustrados construindo os fundamentos do processo de transformação da casa portuguesa no que veio a chamar-se casa à *antiga portuguesa*<sup>69</sup>. E essa, constitui para ele a falência da casa portuguesa, essa “chuvada de beiralinhos, azulejos, pilaretes e alpendroides”<sup>70</sup>, que associa à incultura e a “certa especulação mercantilista” que rejeita liminarmente.

Rejeição que, no entanto, não evitou que o responsabilizassem pela movimento casa portuguesa e o estigmatizassem pelos resultados do mesmo<sup>71</sup>.

### **Da casa portuguesa ao Inquérito à Arquitectura Regional**

O repertório formal associado à *casa portuguesa*, assim como a ideia da necessidade de diversificar as soluções em função das regiões, acabaram por se enraizar na cultura arquitectónica nacional e, a partir dos anos trinta, passam a poder ser encontrados também noutros programas arquitectónicos, de que são exemplos mais evidentes as chamadas escolas dos centenários e as pousadas do SPN/SNI.

A habitação continua, porém, no centro das preocupações e a sua vertente popular e rural continua a oferecer um recurso importante para a tentativa de

64. Raul LINO – *A Casa Portuguesa*. Lisboa: Escola Typográfica da Imprensa Nacional, 1929, p. 85

65. Raul LINO – *A Nossa Casa...*, p. 4

66. Raul LINO – *A Nossa Casa...*, p. 87 e 16-17.

67. Raul LINO – *A Casa Portuguesa...*, p. 23

68. Raul LINO – *Casas Portuguesas...*, p. 79

69. Entre estes refiram-se os livros de Perfeito Magalhães, *A Habitação* (1939) e de Edmundo Tavares, *A Habitação. Casas Modernas* (1946), ambos já apontados por Patrícia Pedrosa como importantes neste processo. Vd. Patrícia PEDROSA – *Habitar em Portugal...*, p. 53.

70. Raul Lino, 1941, segundo Pedro Vieira de ALMEIDA – “Arquitectura e Identidade”, *vinte e um por vinte e um*, nº2: *Arte e Identidade*, Porto: ESAP, 2006, p. 142

71. Veja-se a reacção violenta de mais de uma centena de arquitectos portugueses ao reconhecimento da qualidade e da modernidade do trabalho de Raul Lino explicita no texto de Pedro Vieira de Almeida *Raul Lino. Arquitecto Moderno e ao próprio facto de ter sido objecto da primeira grande exposição dedicada à obra de um arquitecto*, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian em 1970.



identificação da essência da arquitectura nacional. É por isso que em 1938 o SPN/SNI se dedicava a identificar a *Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*, trazendo para primeiro plano um povoado rural. Também na Exposição do Mundo Português de 1940, a habitação popular se encontrava representada através do conjunto específico que recreava as *Aldeias Portuguesas*<sup>72</sup>.

Mas o interesse pela arquitectura popular não se restringia aos cultores da *casa portuguesa*, já que o modernismo não foi incompatível com a construção da identidade arquitectónica nacional.

Veja-se o exemplo do Bairro Operário de Olhão, projectado por Carlos Ramos por volta de 1925, em que é clara a referência à arquitectura popular da região<sup>73</sup>.

Este arquitecto, em quem Pedro Vieira de Almeida encontra o gérmen da sua noção de *Internacionalismo Crítico*<sup>74</sup>, percorreu Portugal com o geógrafo Orlando Ribeiro, realizando um inquérito privado à arquitectura nacional que teria reflexos concretos na obra de ambos. Efectivamente, na sequência deste “inquérito” Orlando Ribeiro publicou *Portugal, Mediterrâneo e Atlântico* (1945), obra que, como vimos atrás, dedicava à análise das características geográficas do país. Esta obra seria marcada também por uma atenção à questão da habitação, ainda que numa visão algo idealizada, ou seja, pouco atenta às condições miseráveis de vida a ela associadas.

Este tipo de enfoque permanecerá relativamente intocado no trabalho dos arquitectos que em 1961, vão publicar com o título *A Arquitectura Popular em Portugal*, os resultados de um *Inquérito à Arquitectura Regional*, promovido pelo Sindicato dos Arquitectos com apoio oficial. Ou seja, o alheamento em relação às questões sociais manteve-se como uma constante na aproximação ao habitat rural.

Face a este panorama, importa sublinhar a radical excepção que foi o *Inquérito à Habitação Rural* promovido pelo Senado Universitário em 1942 e realizado pelos agrónomos do Instituto Superior de Agronomia com algum apoio oficial<sup>76</sup>.

Projecto de Carlos Ramos para um Bairro Operário em Olhão, c. 1925. Pormenor de corte/alçado (gouache). Publicado in Pedro Vieira de Almeida, “Arquitectura e Identidade”, *vinte e um por vinte e um*, nº 2: *Arte e Identidade*, Porto, ESAP, 2006

72. João Leal nota estes dois factos são apenas as “expressões mais reconhecidas de um processo, entretanto mais vasto, de emblematização da habitação popular portuguesa” (João LEAL – *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000, p. 122). Sobre a Exposição do Mundo Português de 1940 ver Margarida ACCIAIUOLI – *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

73. Trata-se de um projecto não construído. Vd. Ricardo AGAREZ – “A Construção do Quotidiano: Arquitectura 'Bread-and-butter' no Sul de Portugal, 1925-1950” in *Actas IV Congresso de História da Arte Portuguesa* – APHA, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 21-24 Novembro 2012.

74. Pedro Vieira de Almeida defende uma noção de *pós-modernidade* em que combina a noção de *regionalismo crítico* lançada por Tzonis/Lefevre que que Frampton internacionalizou, com a noção de *internacionalismo crítico* definida por ele próprio.

75. Vd. Pedro Vieira de ALMEIDA – *Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura...*, p. 106.

76. Este Inquérito foi apoiado pela Federação Nacional dos Produtores de Trigo

O trabalho que realizaram, apresentava preocupações de uniformização na recolha de dados, patente na utilização de questionários-tipo, e debruçava-se sobre as condições de vida da população rural<sup>77</sup>.

A publicação dos resultados do trabalho de campo, que se estendeu até 1946, foi programada para três volumes, o primeiro dos quais saiu em 1943, seguindo-se um segundo em 1947, correspondendo às zonas Norte e Centro do país. O terceiro volume não chegou a ser publicado por intervenção da *censura* que não o autorizou em consequência do impacto causado pelo panorama traçado nos dois primeiros volumes<sup>78</sup>. É que os resultados do Inquérito denunciavam a miséria da habitação rural e dos seus habitantes o que inevitavelmente veio confrontar a visão idealizada dominante associada à habitação tradicional<sup>79</sup>.

Em contrapartida, a maqueta final do livro *Arquitectura Popular em Portugal* foi apreciada pelo próprio Salazar, que estava muito interessado nos resultados do *Inquérito* a cargo do Sindicato dos Arquitectos pelas sua potencial leitura nacionalista.

Por seu turno, os arquitectos que o realizaram, pretendiam provar a definitivamente a inexistência de uma *casa portuguesa*, através da demonstração da diversidade de soluções arquitectónicas existentes no país, ainda que essa diversidade, afinal, nunca tivesse estado em causa.

É isso que veremos a seguir.

77. Vd. Pedro Vieira de ALMEIDA – *Apontamentos para uma Teoria...*, p. 105-06.

78. *Inquérito à Habitação Rural*. Lisboa: Gráf. Lisbonense, vol. 1, 1943 e vol. 2, 1947. O primeiro volume é de E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, sendo volume seguinte só dirigido pelo segundo autor, que herdou a direcção do trabalho na sequência do desaparecimento de Lima Basto. O vol. 3, dedicado à zona Sul, só em 2013 foi publicado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

79. João LEAL (*Etnografias...*, p.146) identifica mesmo o início de uma “guerra cultural” a propósito da publicação dos resultados deste Inquérito.



## O INQUÉRITO À ARQUITECTURA REGIONAL

80. José Augusto FRANÇA – “Raul Lino. Arquitecto da Geração de 90” in *Raul Lino*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970

81. Nuno PORTAS – “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação” in *História da Arquitectura Moderna* de Bruno Zevi, vol. II. Lisboa: Editora Arcádia, 1978

82. Pedro Vieira de ALMEIDA – “Carlos Ramos – uma estratégia de intervenção” in *Carlos Ramos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986; Pedro Vieira de ALMEIDA e Maria Helena MAIA – “As décadas pós-Congresso. Os anos 50” in *História da Arte em Portugal. 14: Arquitectura Moderna*. Direcção de Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes. Lisboa: Alfa, 1986

83. Octávio Lixa FILGUEIRAS – “A Escola do Porto (1940/69)” in *Carlos Ramos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986

84. Sérgio FERNANDEZ – *Percurso – Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: Edições da FAUP, 1988 (1985)

85. Manuel MENDES - “Os anos 50”, RA – *Revista da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*, ano I, n. 0, Outubro, 1987

86. Ana TOSTÕES – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP, 1997 (1994)

87. *Arquitectura Popular em Portugal*. Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1ª edição, 1961 (2 vol.) 2ª edição; Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980 (1 vol.); 3ª edição: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988 (3vol.); 4ª edição: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2004 (2 vol.).

88. João LEAL – *Etnografias Portuguesas (1870-1970), Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000

Dada a importância desde cedo reconhecida ao Inquérito à Arquitectura Regional – publicado em 1961 com o título *Arquitectura Popular em Portugal* – na cultura arquitectónica portuguesa, seria de esperar que um volume substancial de estudos e um debate alargado sobre o seu impacto tivesse marcado de forma inequívoca as últimas décadas de produção historiográfica.

Porém, assim não aconteceu. Explícito ou implícito, o reiterado reconhecimento do contributo do Inquérito para o debate arquitectónico e para a definição de tendências fundamentais da prática contemporânea da arquitectura nacional está longe de corresponder a um estudo aprofundado do objecto. Assim, embora seja sistematicamente referido nos estudos sobre arquitectura portuguesa do séc. XX, o Inquérito foi na realidade pouco estudado, baseando-se o seu conhecimento num pequeno conjunto de importantes leituras, depois sucessivamente repetidas e apropriadas sem grandes alterações.

O conhecimento que hoje existe do Inquérito assenta mais propriamente em dois tipos de contributos: (1) a própria fonte que é o volume *Arquitectura Popular em Portugal*, bem como os textos posteriores produzidos pelos seus autores, como é o caso de Nuno Teotónio Pereira ou dos testemunhos de Silva Dias, António Menéres, Fernando Távora entre outros; (2) a leitura que sobre ele foi produzida a partir dos anos 70 no âmbito dos estudos de história e crítica da arquitectura portuguesa. Neste âmbito são especialmente importantes os trabalhos pioneiros de José-Augusto França<sup>80</sup>, Nuno Portas<sup>81</sup>, Pedro Vieira de Almeida<sup>82</sup> e Octávio Lixa Filgueiras<sup>83</sup> a que se seguiram algumas contribuições para a construção do conhecimento sobre o tema, entre as quais Sérgio Fernandez<sup>84</sup>, Manuel Mendes<sup>85</sup> e Ana Tostões<sup>86</sup>.

Entre estas fontes e as leituras citadas, situam-se algo ambiguamente os sucessivos prefácios que acompanharam as reedições da *Arquitectura Popular em Portugal* de 1980, 1988 e 2004<sup>87</sup>, dado que estes textos vão fornecendo novas leituras desta obra mas são, muitas vezes, equivocadamente lidas como parte integrante da mesma.

Mais recentemente, parece poder identificar-se uma intensificação do interesse pelo tema, não só por via de trabalhos como os de João Leal<sup>88</sup> ou

Rodrigo Ollero<sup>89</sup>, mas também, e sobretudo, pelo contributo das comunicações apresentadas no âmbito do encontro internacional *Surveys on Vernacular Architecture, Their Significance in the 20th Century Architectural Culture*<sup>90</sup>, que inscreveu o Inquérito no debate internacional da cultura arquitectónica do século XX.

Este encontro foi preparado e decorreu no âmbito do projecto de investigação *A "Arquitetura Popular em Portugal". Uma Leitura Crítica*, cujas conclusões aqui se apresentam e que veio apropriar-se do Inquérito, trabalhando-o como universo de reflexão teórica sobre a arquitectura<sup>91</sup>.

Com excepção deste último caso, as demais referências ao Inquérito aparecem normalmente associadas a estudos que ou fecham a análise no elenco das condições específicas, dos intervenientes e dos factos associados ao Inquérito, ou trabalham a arquitectura portuguesa dos anos 1950 e 1960 e o integram numa narrativa de “evolução” histórica, ou finalmente o elegem como momento inaugural no quadro de interpretações críticas sobre os antecedentes da arquitectura contemporânea, fixando os desenvolvimentos a partir do testemunho da arquitectura de um passado muito recente.

Nesta parte do texto, vamos começar precisamente por identificar os pontos de vista e as ideias-chave que caracterizam a historiografia do Inquérito, recuperando para tanto alguma base de trabalho realizada no âmbito do Projecto e parcialmente já publicada<sup>92</sup>.

Numa primeira tentativa de sistematização, e no sentido de uma análise mais pormenorizada da paisagem historiográfica e crítica, pode afirmar-se que as mais importantes abordagens do Inquérito apresentam como eixos de análise essenciais as seguintes problemáticas: (1) “paternidade” e genealogia do Inquérito; (2) ligação à geografia e à antropologia; (3) relações com o poder; (4) metodologia; (5) consequências na arquitectura portuguesa; (6) contexto internacional (7) importância actual do Inquérito. Cada um destes pontos é analisado segundo critérios diferentes e com distinto grau de profundidade.

Ou seja, os temas fixados mantém expressões distintas segundo a maior ou menor visibilidade que foram ganhando nos últimos anos. Mais ainda, estando estes pontos intimamente relacionados entre si torna-se inevitável a sucessiva revisitação dos autores e de questões fundamentais, em alguns casos já enunciadas na primeira parte deste Caderno.

### “Paternidade” e genealogia do Inquérito

Menos de dez anos após a publicação de *Arquitetura Popular em Portugal*, a exposição retrospectiva da obra de Raúl Lino organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian deu a José Augusto França<sup>93</sup> a oportunidade de escrever o texto onde, pela primeira vez, é delineada a história do problema da *casa portuguesa*. No âmbito desta análise o Inquérito é referenciado, definindo-se os termos da relação que estabelecia com esse problema-chave da cultura

89. Rodrigo OLLERO – “Letter to Raul Lino”. *Cultural Identity in Portuguese Architecture. The “Inquérito” and the Architecture of its Protagonists in the 1960's*. PhD Thesis. University of Slaford, School of Construction and Property Management, 2001

90. Vd. Alexandra CARDOSO; Joana Cunha LEAL; Maria Helena MAIA (ed) – *Surveys on Vernacular Architecture. Their Significance in the 20th Century Architectural Culture*. Conference Proceedings. Porto: ESAP, May 2012

91. Pedro Vieira de ALMEIDA – *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. O propósito de uma investigação*. Caderno zero. Porto: CEAA, 2010; Alexandra CARDOSO; Joana Cunha LEAL; Maria Helena MAIA (ed) – *Surveys on Vernacular Architecture...*

92. Alexandra CARDOSO and Maria Helena MAIA – “Tradition and Modernity. The Historiography of the Survey to the Popular Architecture in Portugal” in *Approaches to Modernity*. Porto: CEAA, 2013 (2010) e Maria Helena MAIA and Alexandra CARDOSO – “O Inquérito à Arquitectura Regional: contributo para uma historiografia crítica do Movimento Moderno em Portugal” in *Actas IV Congresso de História da Arte Portuguesa* – APHA, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 21-24 Novembro 2012, p. 379-387

93. José Augusto FRANÇA – “Raul Lino...”, p. 106-08

nacional.

Mais tarde, no âmbito da sua *A Arte em Portugal no século XX* José-Augusto França daria ainda um importante contributo para clarificar o enquadramento contextual do Inquérito, fazendo remontar as suas bases ao 1º Congresso Nacional de Arquitectura, realizado em 1948<sup>94</sup>. Que este Congresso fora um momento essencial para a maturação da cultura arquitectónica ficara já claro no texto de 1970, sublinhando então José-Augusto França o facto de os arquitectos modernos terem reagido no Congresso contra o modelo de *casa portuguesa* e a noção de portuguesismo na linguagem arquitectónica<sup>95</sup>, ao mesmo tempo que numa série de textos procuravam demonstrar a “falácia” em que essas ideias se baseavam. Ambas as ideias surgiram reiteradas em “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação”, síntese que Nuno Portas escreve para a *História da Arquitectura Moderna* de Bruno Zevi<sup>96</sup>.

O texto de Portas introduzia ainda a referência à importância da revista *Arquitectura* no contexto histórico da génese do Inquérito, registando o facto de, no final dos anos 1940, alguns jovens arquitectos terem assumido o controle desta revista e nela terem introduzido uma tónica de crítica ao funcionalismo que concertavam com a publicação de novas ideias e de novas aproximações ao projecto de arquitectura. Foi precisamente na revista *Arquitectura* que, em 1947, Keil do Amaral publicou o artigo “Uma iniciativa necessária”, onde defendia a ideia da necessidade de recolher e registar informação sobre a arquitectura das diferentes regiões do país. Escreve Keil que a iniciativa proporcionaria aos “estudantes e técnicos da construção [...] as bases para um regionalismo honesto, vivo e saudável”<sup>97</sup>. Keil formulou portanto nas páginas da revista *Arquitectura* a ideia base do Inquérito.

No aprofundamento que fez da genealogia do Inquérito, Nuno Portas<sup>98</sup> faz também referência ao texto de Fernando Távora “O Problema da casa portuguesa”<sup>99</sup>, texto que criticava duramente o modelo dominante da casa “à antiga portuguesa”, defendendo em contrapartida a importância de um conhecimento sério da arquitectura portuguesa. Nesta sequência Távora escreve que a casa popular, sendo “a mais funcional e a menos fantasiosa” poderia constituir uma importante lição para os arquitectos.

Outro contributo relevante na construção desta genealogia viria a ser dado por Pedro Vieira de Almeida e Maria Helena Maia em 1986<sup>100</sup>. A par da “paternidade” de Keil, os autores recordariam então a importância de inquéritos à arquitectura popular anteriores, decorrentes tanto de iniciativas suportadas por apoios oficiais, quanto da vontade de actores individuais. Neste caso estariam as prospecções feitas por Carlos Ramos e Orlando Ribeiro que mencionámos atrás, e que voltaremos a mencionar mais à frente.

Quanto ao primeiro caso, o destaque cabe ao *Inquérito à Habitação Rural* da responsabilidade de Lima Basto e Henrique de Barros. Como demonstram P. Vieira de Almeida e M. H. Maia, este inquérito minava a possibilidade de

94. José Augusto FRANÇA – *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand, 1974

95. José Augusto FRANÇA – “Raul Lino...”

96. Nuno PORTAS – “A Evolução da Arquitectura Moderna...”

97. Keil do AMARAL – “Uma iniciativa necessária”, *Arquitectura*, 2ª Série Ano XX, nº 14, Abril 1947

98. Nuno PORTAS – “A Evolução da Arquitectura Moderna...”

99. Fernando TÁVORA – *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Cadernos de Arquitectura, 1947

100. Pedro Vieira de ALMEIDA e Maria Helena MAIA – “As décadas pós-Congresso. Os anos 50”...

interpretações idealizadas da arquitectura popular, na medida em que os seus resultados denunciavam as condições miseráveis em que vivia a maior parte das populações rurais. Distanciando-se da aproximação corrente à casa portuguesa, os agrónomos produziram um retrato substantivo da pobreza das condições de vida do “povo português” que constituiu um claro desafio ao folclorismo celebrado pelo Regime. Este desafio justificou, de resto, a intervenção da censura, já que dos três volumes previstos para publicação apenas seriam editados os dois primeiros, como já atrás referimos. João Leal estabelecerá mesmo uma relação directa entre a denúncia resultante do Inquérito dos agrónomos e a “nubelosa política” por onde gravitavam os seus promotores, “todos eles coincidentes numa posição de crítica ou oposição ao Estado Novo”<sup>101</sup>.

Pensada como um problema estritamente arquitectónico, a iniciativa necessária do Inquérito à Arquitectura Regional primou, tanto quanto a demanda antecessora pela *casa portuguesa*, pela ausência de qualquer tipo de preocupação social. A excepção que confirma a regra surge no trabalho da equipa de arquitectos da área de Trás-os-Montes (a zona 2) dirigida por Octávio Lixa Filgueiras. Talvez devido à extrema pobreza da região, esta equipa foi sensível às condições de vida da população local que reporta no levantamento feito<sup>102</sup>.

### **Influência da geografia e da antropologia**

Foi precisamente o arquitecto responsável pela zona 2, Octávio Lixa Filgueiras, quem deu um novo contributo para o conhecimento dos antecedentes do Inquérito, ao elucidar a importância da antropologia e da geografia na consolidação do trabalho das equipas destacadas para a zona norte do território nacional<sup>103</sup>. Filgueiras oferece também uma descrição do ambiente cultural vivido nesses meados da década de 1950, na Escola de Belas Artes do Porto, cujo director, Carlos Ramos, viria a escolher os membros das equipas do Inquérito afectas à zona norte do país<sup>104</sup>.

A colaboração entre Carlos Ramos e Orlando Ribeiro é conhecida, sabendo-se que os dois percorreram juntos o país realizando aquilo que se pode classificar como um “inquérito informal”. Este trabalho terá estado associado à preparação de *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico* que virá a ser publicado em 1945<sup>105</sup>.

Nesta sequência o geógrafo seria também convidado a interagir directamente com os estudantes da ESBAP, situação que se traduziria não apenas num conjunto de aulas-conferência, mas também na realização de visitas de estudo em que o conteúdo dessas aulas era aprofundado *in loco*<sup>106</sup>.

Estes estudantes viriam mais tarde a participar em trabalhos de campo e levantamentos no norte do país, bem como a colaborar com a equipa do antropólogo Jorge Dias, trabalhando sobre o material por ela recolhido<sup>107</sup>.

101. (Leal, 2009: 38) João LEAL – *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Porto: Fundação Marques da Silva, 2009

102. Pedro Vieira de ALMEIDA e Alexandra CARDOSO – *Arnaldo Araújo, Arquitecto (1925-1982)*. Porto: CEEA, Edições Caseiras / 1, 2002

103. Octávio Lixa FILGUEIRAS – “A Escola do Porto (1940/69)”..., s.p.

104. Octávio Lixa FILGUEIRAS – “A Escola do Porto (1940/69)”..., s.p.

105. Carlos Carvalho DIAS – Conversa [gravada] com Maria Helena Maia e Fátima Fernandes em 29.01.2013.

106. Vd. Octávio Lixa FILGUEIRAS – “A Escola do Porto (1940/69)”..., s.p.

107. Octávio Lixa FILGUEIRAS – “A Escola do Porto (1940/69)” in *Carlos Ramos*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986

Painel 39 do CODA de Arnaldo Araújo, *Formas do Habitat Rural – Norte de Bragança. Contribuição para a estrutura da comunidade*, ESBAP, 1957.



108. Rodrigo OLLERO – “Letter to Raul Lino”...

109. Francisco Silva DIAS em entrevista a Inês Oliveira realizada em 13 de Dezembro de 2010 e publicada in Inês OLIVEIRA – *A fotografia no “Inquérito da Arquitectura Popular em Portugal”*. Dissertação de Mestrado de Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra – Departamento de Arquitectura, Julho 2011, anexo

110. António MENÉRES – Conversa com Alexandra Cardoso e Maria Helena Maia em 04.04.2013. Arcos de Valdevez, por altura do Colóquio Internacional *Arquitectura Popular*.

111. Introdução à *Arquitectura Popular em Portugal...*, p. XXIV.

Estes encontros e estes trabalhos de campo deram o enquadramento ao que se considerou já ser a influência de Orlando Ribeiro, e do seu *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*, na fixação dos limites das 6 zonas geográficas em que o país foi dividido no quadro do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa<sup>108</sup>. No entanto, esta associação directa entre a delimitação das zonas de trabalho e o trabalho do geógrafo não é corroborada nos testemunhos dos arquitectos do Inquérito. Ou seja, embora recordando que Orlando Ribeiro terá sido consultado (Silva Dias)<sup>109</sup> ou mesmo participado (António Menéres)<sup>110</sup> nas reuniões de definição das zonas, os autores do Inquérito dão conta<sup>111</sup> da relativa arbitrariedade na sua delimitação, mais condicionada por questões operativas de distribuição das tarefas entre as equipas do que pela pureza de critérios geográficos. Onde, embora o enquadramento tenha decorrido “tanto quanto possível adentro de uma certa unidade regional”, não deixaria de poder ser informalmente comentado como

tendo sido traçado “um bocado a régua e esquadro”<sup>112</sup>.

Um recente estudo comparado dos limites geográficos propostos em *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico* e as zonas do Inquérito levou já a que defendêssemos que a influência de Orlando Ribeiro terá tido uma dimensão cultural mais global, mais de reforço e estruturação da atenção à diversidade da paisagem e aos modos de vida no território nacional, do que de guia das especificidades técnicas ou práticas na programação Inquérito<sup>113</sup>.

Essa dimensão estruturante denuncia-se num efeito transversal de fundo que deve ser considerado. Concretamente, o testemunho de Octávio Lixa Filgueiras permite-nos esclarecer que o contacto com o universo da geografia e da antropologia teve realmente consequências profundas na ESBAP. Desde logo pelo facto de ter proporcionado que, em 1954, fosse pela primeira vez aceite uma dissertação de índole teórica para a atribuição do grau de arquitecto. Trata-se do CODA do próprio Octávio Lixa Filgueiras – *Urbanismo: um tema rural*<sup>114</sup> – trabalho que acabaria por estar na origem da sua escolha para coordenador da equipa de Trás-os-Montes (zona 2). Seguiu-se-lhe em 1947 Arnaldo Araújo, membro da mesma equipa, com um CODA dedicado às *Formas do Habitat Rural – Norte de Bragança. Contribuição para a estrutura da comunidade*<sup>115</sup>.

A apresentação destes CODA na ESBAP permite ainda enquadrar o Inquérito no contexto de importantes dinâmicas da arquitectura portuguesa. Ou seja, é precisamente este trabalho de Arnaldo Araújo que, como já foi notado por P. Vieira de Almeida e M.H. Maia<sup>116</sup>, vai estar na origem da proposta para uma comunidade agrícola de Trás-os-Montes que viria a ser apresentada pela equipa CIAM Porto<sup>117</sup> no CIAM X realizado em Dubrovnik em 1956. Ana Tostões<sup>118</sup> destaca também o importante contributo deste trabalho para “a revisão do método internacional condensado na abordagem das formas autênticas de vida como inspiração da arquitectura”, assumindo a sua directa ligação ao Inquérito então curso.

Também Manuel Mendes<sup>119</sup> sublinhará o facto da abordagem ao Inquérito feita pelas duas equipas do Norte se caracterizar por uma visão mais antropológica do espaço e das formas arquitectónicas. Pouco mais tarde escreverá ainda que o levantamento destas equipas “adopta uma abordagem territorial das formas de ocupação e modos de vida provocados pela apropriação do espaço: terra, áreas construídas, construções”<sup>120</sup>. Esta caracterização será todavia considerada por P. Vieira de Almeida e A. Cardoso<sup>121</sup> como reportando-se exclusivamente à análise realizada pela equipa de Trás-os-Montes, precisamente a que Octávio Lixa Filgueiras, liderava e a única que se reconhece como “amplamente articulada sobre uma vertente etnológica”. Por esta razão, os autores acabariam por considerar que este é o estudo “mais rico e mais completo de todo o Inquérito”.

O que o debate sobre a “dívida” do Inquérito para com a geografia e a antropologia finalmente nos demonstra é pois a flagrante diversidade do

112. Francisco Silva DIAS em entrevista a Inês Oliveira...

113. Alexandra CARDOSO e Maria Helena MAIA – “Architecture and the Discovery of Rural Portugal” paper presented in International Conference *Theoretical Currents II: Architecture and its Geographical Horizons*, Lincoln, UK, Abril 2012

114. Octávio Lixa FILGUEIRAS – *Urbanismo: um Tema Rural*. CODA, Escola Superior de Belas Artes do Porto, 1954

115. Arnaldo ARAÚJO – *Formas do Habitat Rural – Norte de Bragança. Contribuição para a estrutura da comunidade*. CODA, Escola Superior de Belas Artes do Porto, 1957

116. Pedro Vieira de ALMEIDA e Maria Helena MAIA – “As décadas pós-Congresso...”, p. 152

117. A representação portuguesa era constituída por seis arquitectos, quatro deles pertencentes às equipas do Inquérito: Alfredo Viana de Lima, Alberto Neves, Fernando Távora, coordenador da Zona 1 (Minho) e toda a equipa da Zona 2 (Trás-os-Montes): Octávio Lixa Filgueiras (coordenador) Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias.

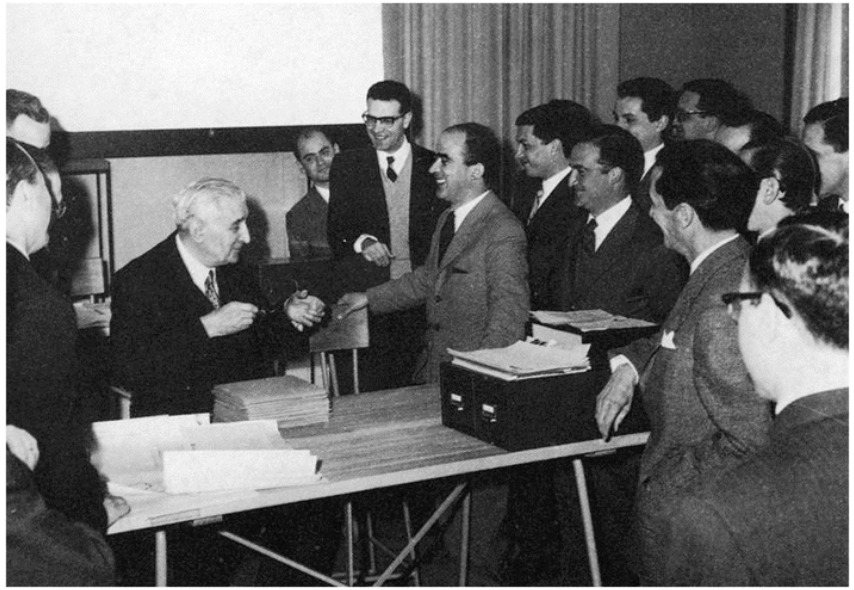
118. Ana TOSTÕES – *Os Verdes Anos...*, p. 165

119. Manuel MENDES – “Os anos 50”, *RA – Revista da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*, ano I, n. 0, Outubro 1987

120. Manuel MENDES – “Porto, The School and its Projects 1940-1986” in *Architectures à Porto*. Brussels: Pierre Mardaga, 1990, p. 56-57

121. Pedro Vieira de ALMEIDA e Alexandra CARDOSO – *Arnaldo Araújo...*

Apresentação a Salazar da maquete do livro *A Arquitectura Popular em Portugal* pelos seus autores. Fotografia publicada no jornal *O Primeiro de Janeiro*.



trabalho produzido pelas equipas envolvidas, comprovando que a excepcionalidade do enfoque da equipa de Trás-os-Montes enriquece um olhar quase sempre determinado apenas por uma concepção essencialista-formalista da pesquisa arquitectónica do habitar (e que nisso se assemelha mais com Lino do que alguma vez poderia supor-se).

### Relações com o poder

Trata-se de um dado fundamental na análise de *Arquitectura Popular em Portugal*, já que, como se sabe, não só o levantamento teve o patrocínio oficial, como as provas finais do livro foram apresentadas ao próprio Salazar, uma vez que este mostrara particular interesse pelos resultados do Inquérito realizado pelo Sindicato dos Arquitectos.

Esta questão vem levantando vários problemas de enquadramento e interpretação, tendo sobretudo em conta a perspectiva de resistência à ideologia do regime em que alguns autores têm vindo a inscrever o tema.

Para Nuno Portas<sup>122</sup>, “uma curiosa coincidência de equívocos ou fingimentos” contribuiu decisivamente para a concretização do Inquérito. Assim, enquanto o governo acreditava que este trabalho contribuiria decisivamente para reforçar o portuguesismo da arquitectura nacional, os arquitectos procuraram “montar um documentário explosivo” que pudesse demonstrar a existência de tantas “tradições” quantas regiões.

Por sua vez, a Direcção da Associação dos Arquitectos, no prefácio à 2ª edição de *Arquitectura Popular em Portugal*<sup>123</sup>, retoma a ideia de que o equívoco tinha sido intencionalmente mantido de modo a garantir o

122. Nuno PORTAS – “A Evolução da Arquitectura Moderna...”

123. Os membros da Direcção da Associação dos Arquitectos Portugueses que assinam o prefácio da edição de 1979 da *Arquitectura Popular em Portugal* são Antonieta Silva Dias, António Mattos Gomes, Celestino de Castro, Fernando Ferreira Torres, Inácio Peres Fernandes, José Charters Monteiro e José Norberto.

financiamento do governo, sem o qual realmente o projecto não poderia ter sido realizado.

Registe-se porém que as interpretações do Inquérito como um acto de resistência contra as imposições arquitetónicas do regime só surgiram após o 25 de Abril de 1974, bem como a necessidade de sublinhar a duplicidade dos arquitectos modernos face ao poder, que se detecta na historiografia produzida no pós-Estado Novo, de que a interpretação das condições em que se realizaram tanto o Congresso dos Arquitectos de 48 como o Inquérito à Arquitectura Regional são exemplo.

Como já tivemos oportunidade de notar, “efectivamente, ambos foram financiados e apoiados oficialmente pelo Estado e ambos teriam sido usados pelos arquitectos envolvidos como instrumentos de resistência contra esse mesmo Estado, ao que parece ingénuo objecto de manipulação que teria pago e apoiado o enterro das suas próprias convicções arquitectónicas”<sup>124</sup>.

Todavia, a ideia implícita de que o Estado Novo exerceu algum tipo de “controle arquitectónico” não é de modo nenhum consensual<sup>125</sup>. Com efeito, para P. Vieira de Almeida a permissão da imposição de um “estilo ou estilos nacionais” pelo regime constitui a base de um dos grandes mal-entendidos do Inquérito desde a sua origem. Reportando-se aos resultados do trabalho, Vieira de Almeida sustentou mesmo que a descoberta da diversidade e a ausência de aspectos específicos da arquitectura portuguesa resultou precisamente do facto das equipas terem partido para o terreno “militantemente dispost[as] a ler a diversidade, tudo o que no território nacional resulta desuniforme, desconexo”<sup>126</sup>. Tal atitude teria sido finalmente legitimada pelo prefácio à 2ª edição de *Arquitectura Popular em Portugal* (1979) através precisamente da tese da “deliberada e circunstancial estratégia de contrariar uma alegada interpretação oficial”<sup>127</sup>.

É essa situação que explica, por exemplo, a posição de Nuno Teotónio Pereira ao identificar como uma das consequências imediatas do Inquérito “ter proporcionado provas inquestionáveis de que a pseudo-arquitectura propagandeada e até imposta pela ditadura do Estado Novo não passava de uma mistificação baseada em clichés manipulados cenograficamente”<sup>128</sup>.

Curiosamente, na Introdução à *Arquitectura Popular em Portugal*, os autores sentem-se na necessidade de advertir o leitor de que as fotografias publicadas resultam de uma selecção daquelas que melhor salientariam “o que de mais representativo caracteriza a nossa Arquitectura popular”, sendo que “dessa solução resulta necessariamente um *falseamento* do aspecto real e das condições de vida dos povoados em que nem tudo é exemplar”<sup>129</sup>.

## A questão metodológica

Sendo embora um dos aspectos problemáticos do Inquérito, a questão metodológica é uma das vertentes que menor atenção tem recebido. Em

112. Francisco Silva DIAS em entrevista a Inês Oliveira...

124. Alexandra CARDOSO e Maria Helena MAIA – “Arquitectura e Poder. Para uma historiografia do Movimento Moderno em Portugal” in *Apropriações do Movimento Moderno*. (Actas do VII Encontro do CEAA, Zamora, Junho 2011), Porto: CEAA, 2012 (2011), p.

125. A existência da imposição de uma linguagem arquitectónica por parte do regime não só não é consensual, como tem vindo a ser questionada. Vd. Alexandra CARDOSO e Maria Helena MAIA – “Arquitectura e Poder...”, p. 116 e seguintes.

126. Pedro Vieira de ALMEIDA – *Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 110

127. Pedro Vieira de ALMEIDA – *Apontamentos para uma Teoria...*, p. 108

128. Nuno Teotónio PEREIRA – “Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Regional”, *J-A*, nº 195, Março/Abril, 2000, p. 70

129. *Arquitectura Popular em Portugal...*, 4ª ed., p. XXV

Trabalho de campo na Zona 2, Trás-os-Montes



regra, e como vimos, a literatura sobre a *Arquitectura Popular em Portugal* limita-se a descrever aspectos factuais da iniciativa, ao mesmo tempo que apresenta os seus antecedentes e as suas consequências como evidências empíricas susceptíveis de uma interpretação “natural”. Todavia, os resultados do Inquérito não podem ser dissociados da metodologia utilizada na sua concretização.

Pedro Vieira de Almeida<sup>130</sup> foi o primeiro autor a concentrar a sua atenção no Inquérito em si, nos procedimentos, no olhar dos arquitectos, na estrutura do levantamento. Surge assim destacado o problema da total ausência de uma metodologia comum entre as equipas envolvidas no Inquérito, facto que virá a ser um pouco mais tarde confirmado por Nuno Teotónio Pereira<sup>131</sup>, responsável pela equipa da Zona 4, no prefácio à 3ª edição da *Arquitectura Popular em Portugal*.

Reconhecendo embora a disparidade do trabalho apresentado pelas diferentes equipas, Ana Tostões<sup>132</sup>, refere a existência de um plano prévio e de directrizes comuns a todos os grupos “de modo a assegurar a unidade do trabalho”. Fá-lo com base num documento escrito por Keil do Amaral onde, segundo Rodrigo Ollero<sup>133</sup> seriam definidos os pressupostos do trabalho.

A partir da leitura da Introdução à *Arquitectura Popular em Portugal*, constatamos que aí se encontram parcialmente transcritos os pressupostos atrás referidos pelo que, é razoável deduzir que constituirão uma primeira síntese da questão.

Diz-nos esta Introdução, que à partida foi estabelecido um conjunto de “condições prévias sobre os aspectos que convinha analisar” a saber:

130. Pedro Vieira de ALMEIDA – “Carlos Ramos – uma estratégia de intervenção” in *Carlos Ramos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986

131. Nuno Teotónio PEREIRA – Prefácio da 3ª Edição de *A Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987

132. Ana TOSTÕES – *Os Verdes Anos...*, p. 160

133. Trata-se do mesmo documento ao qual Rodrigo Ollero terá tido acesso através de Ana Tostões Segundo Rodrigo Ollero o documento de Keil do Amaral previa que fossem analisados: a “ocupação do território, (...) estruturação urbana, (...) expressão e valor plástico dos edifícios e dos aglomerados urbanos, (...) materiais e processos de construção, (...) influências do clima, (...) condições económicas, (...) organização social, (...) costumes e hábitos das populações.” (K. Amaral *apud* Rodrigo OLLERO – “Letter to Raul Lino”...)

“ocupação do território, estruturação urbana, materiais e processos concorrentes de construção, influência do clima, da economia, da organização social e dos factores de evolução, sobre os edifícios e os seus agrupamentos; e uma análise das sínteses plásticas desses e doutros fatores condicionadores”<sup>134</sup>.

Efectivamente, o documento a que se referem Ana Tostões e Rodrigo Ollero é desconhecido de Carvalho Dias<sup>135</sup> e de António Meneres<sup>136</sup>, embora este último tenha memória da existência de umas indicações genéricas que depois cada um interpretou a seu modo, o que vem confirmar a nossa leitura.

A partir da documentação referenciada por Ana Tostões, Rodrigo Ollero destacará ainda outro documento, igualmente redigido por Keil do Amaral, que consistia num esboço de uma carta dirigida às equipas do norte. O documento em causa revela, nas palavras de Ollero, “um mal-entendido entre as equipas do norte e do sul acerca de como o trabalho deveria ser feito, especialmente sobre a dimensão e capacidade do que eles tinham que fazer, de uma maneira muito diferente do que acabou por ser feito”<sup>137</sup>.

Recorde-se que Manuel Mendes<sup>138</sup>, registara já a diferença de abordagem do levantamento das equipas do Norte, caracterizado, em sua opinião, por uma maior atenção aos valores espaciais.

Uma análise promenorizada da metodologia do Inquérito, ou da falta dela, foi entretanto apresentada no âmbito do projecto *A “Arquitectura Popular em Portugal”. Uma leitura crítica*<sup>139</sup>. Particularmente sublinhada foi neste contexto a ausência de uma sinalética comum nos mapas publicados para as várias zonas, o que, independentemente da vontade de Keil de definir uma base comum de recolha, manifesta bem a impossibilidade de realizar uma leitura de conjunto do levantamento realizado.

A questão metodológica voltará a ser objecto de análise na III parte deste Caderno.

### Consequências na arquitectura portuguesa

O Inquérito realizou-se num momento de viragem histórica da cultura arquitectónica, quando alguns dos princípios do Movimento Moderno estavam já a ser criticamente revistos, tanto a nível nacional como internacional.

O Inquérito constituiu nesse contexto, quer pela relevância dos arquitectos directamente envolvidos nas equipas, quer pelo impacto da sua publicação sob a égide do Sindicato dos Arquitectos, um momento fundamental na reconciliação dos arquitectos modernos com a história e a tradição vernácula como já notou Ana Vaz Milheiro<sup>140</sup>. No mínimo, poderá afirmar-se que com a divulgação do volume *Arquitectura Popular em Portugal*, “os arquitectos passaram a utilizar com um novo à-vontade, sem o sentimento de estarem a trair os princípios basilares da arquitectura moderna, alguns elementos

134. *Arquitectura Popular em Portugal...*, 4ª ed., p. 24

135. Carlos Carvalho DIAS – Conversa [gravada] com Maria Helena Maia e Fátima Fernandes em 29.01.2013.

136. António MENÉRES – Conversa com Alexandra Cardoso e Maria Helena Maia em 04.04.2013. Arcos de Valdevez, por altura do Colóquio Internacional *Arquitectura Popular*.

137. Rodrigo OLLERO – “Letter to Raul Lino”..., p. 133

138. MENDES, Manuel (1987) – “Os anos 50”...

139. Pedro Vieira de Almeida – *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. O propósito de uma investigação. Caderno zero*. Porto: CEEA, 2010; Maria Helena MAIA, Alexandra CARDOSO and Joana Cunha LEAL – “Our Project: The 'Popular Architecture in Portugal'. A Critical Look. Intercalar results of a research Project” in *Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture*. Conference Proceedings. Porto: CEEA, May 2012, p. 15-24

140. Ana Vaz MILHEIRO – “A Tradição em Brazil Buildings e o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal” in *Nos Trópicos sem Le Corbusier. Arquitectura luso-africana no Estado Novo*. Lisboa: Relógio d'Água, 2012.

Viana de Lima, Escola primária de Bragança, 1960



141. Nuno Teotónio PEREIRA – *Reflexos Culturais...*, p. 70

142. Nuno PORTAS – “Arquitecto Fernando Távora: 12 anos de actividade profissional”, *Arquitectura*, 3ª serie, 71, Lisboa, Julho 1961

143. Nuno PORTAS – “A Evolução da Arquitectura...”, p. 741

144. Ana TOSTÕES – “Modernização e Regionalismo 1948-1961” in *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Ed. by Annette BECKER, Ana TOSTÕES and Wilfred WANG. Portugal-Frankfurt 97, 1997, p. 48

145. Ana TOSTÕES - “Arquitectura Portuguesa do século XX” in *História da Arte Portuguesa*. Direcção de Paulo Pereira, vol. III, p. 538

146. Sérgio FERNANDEZ – *Percursos – Arquitectura Portuguesa...* p. 144, Pedro Vieira de ALMEIDA e Maria Helena MAIA – “As décadas pós-Congresso...”, p. 150

147. Manuel MENDES – “Porto, The School and its Projects...”, p. 58

tradicionais que eram antes considerados – impuros e por isso proscritos”<sup>141</sup>. Assim, em articulação com os objectivos teóricos e com a riqueza e a dimensão estética dos recusos visuais do Inquérito uma terceira via<sup>142</sup> emergiu na arquitectura portuguesa usando a tradição na construção da modernidade. Comumente citados como exemplos desta terceira via são a casa de Ofir<sup>143</sup>, de Fernando Távora, a casa de Afonso Barbosa e a HICA de Januário Godinho<sup>144</sup>, a casa do poeta Ruben A., de João Andresen<sup>145</sup>. Similarmente, as obras de Viana de Lima<sup>146</sup>, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Álvaro Siza e muitos outros são também considerados representativos desta corrente.

Manuel Mendes salientou também como o estudo da arquitectura vernacular repôs um equilíbrio, “a harmonia entre espaço, arquitectura e a vida dos habitantes, a relação entre as propostas de transformação e a paisagem existente”, equilíbrio “que havia sido deformado pela valorização tecnológica do Movimento Moderno”<sup>147</sup>.

O racionalismo, a funcionalidade e a forte ligação com a paisagem que sobrevém na arquitectura regional tradicional – divulgada em imagens marcantes – influenciaram decisivamente os rumos tomados pela

arquitectura portuguesa subsequente. No entanto, a forma como os arquitectos construíram a modernidade no contacto directo com essa versão da tradição conheceu importantes variantes.

Segundo Nuno Portas, as diferenças de interpretação entre as equipas do Inquérito – as do norte com um trabalho mais antropológico, “mais cultural” e as do sul com recolha “mais instrumental ou táctica” – anunciavam “a clivagem que, ao longo dos anos 60 (...) dividiria os seguidores dos CIAM dos críticos dos CIAM (...)”<sup>148</sup>. Esta divisão foi determinante ao nível das várias formas de entendimento da relação entre tradição e modernidade.

Em meados da década de 1980, Sérgio Fernandez recorda que o Inquérito teve efeitos pedagógicos consideráveis nos alunos da ESBAP<sup>149</sup>. Tendo tido por professores alguns dos membros das equipas do norte, os alunos da ESBAP desenvolveram uma atenção renovada às questões da habitação rural. Este interesse acabou por materializar-se na apresentação de teses de licenciatura como as de José Dias ou, precisamente, de Sérgio Fernandez sobre comunidades de Bragança, ou ainda de José Forjaz numa aldeia no Alentejo<sup>150</sup>.

Este interesse pela habitação e os modos de habitar seria ainda, no imediato, exportada para Moçambique, onde José Dias e José Forjaz acabariam por ter importantes responsabilidades técnicas e administrativas no governo. Aí, António Quadros, pintor e poeta oriundo também da ESBAP, exerceria uma influência cultural unanimemente reconhecida, tendo P. Vieira de Almeida e A. Cardoso colocado a hipótese de que “a abordagem multi-funcional com raízes antropológicas e etnográficas” gerada no seio da ESBAP tenha influenciado a implementação e desenvolvimento das “aldeias comunais” em Moçambique, em que Quadros desempenhou um papel fundamental<sup>151</sup>.

Já no seu CODA Arnaldo de Araújo defendia que era no “esforço para a análise e detecção de necessidades concretas das populações concretas, bem como de empenhadas propostas locais de intervenção” que poderia vir a “estabelecer-se a base de um novo regionalismo”<sup>152</sup>. Ao concluir, Arnaldo de Araújo defendia ainda que “o arquitecto português, sem ter de abandonar ou diminuir (e sem poder fazê-lo) as suas relações com as linhas universais (técnicas e estéticas) da arquitectura moderna, mais se aproximasse das realidades do seu povo, se fizesse intérprete das suas virtualidades, construísse uma radicada arquitectura portuguesa, universal pois”<sup>153</sup>.

Em 2000, num outro registo, Nuno Teotónio Pereira<sup>154</sup>, chamará a atenção para o facto de uma das consequências mais imediatas do Inquérito ter sido a sua contribuição para a expansão da noção de “património arquitectónico” que, a partir dele passou definitivamente a abranger a arquitectura popular e os assentamentos rurais. Ao sublinhar esta dimensão, Teotónio Pereira torna indiscutível a ideia de que o Inquérito à Arquitectura Regional cumpriu um dos principais objectivos da iniciativa de Keil: registar uma realidade rural em vertiginoso desaparecimento.

148. Nuno PORTAS – “A Evolução da Arquitectura...” p. 736

149. Sérgio FERNANDEZ – *Percurso – Arquitectura Portuguesa...* p. 141

150. Vd. Pedro Vieira de ALMEIDA e Alexandra CARDOSO – *Arnaldo Araújo...*, p. 14

151. Vd. Pedro Vieira de ALMEIDA e Alexandra CARDOSO – *Arnaldo Araújo...*, p. 14

152. Vd. Pedro Vieira de ALMEIDA e Alexandra CARDOSO – *Arnaldo Araújo...*, p. 14

153. Arnaldo ARAÚJO – *Formas do Habitat Rural...*

154. Nuno Teotónio PEREIRA – “Reflexos Culturais do Inquérito...”

O Prefácio de 1979 da *Arquitectura Popular em Portugal*, clarifica o papel de Francisco Keil do Amaral, apresentando-o não apenas como o autor da ideia do Inquérito, mas como aquele que na qualidade de presidente do Sindicato dos Arquitectos deu o impulso decisivo para a sua concretização. Ao fazê-lo, introduz também a ideia de que o facto do património da arquitectura popular se degradar de dia para dia, tendendo ao desaparecimento, teria levado Keil a estabelecer como prioritária a realização de um levantamento que abrangesse todo o país. Abre-se assim a porta para um entendimento do Inquérito como procurando afinal, não só demonstrar que a ideia de um único “estilo nacional” era na realidade um mito<sup>155</sup>, mas sobretudo proceder ao registo de um mundo em desapareção, isto é, do mundo rural como bem cultural. Mais deve notar-se que a recolha fotográfica publicada, integrando os elementos arquitectónicos em sugestivas composições plásticas, acabou por proporcionar uma renovação do repertório formal disponível nem sempre coincidente com o enfoque crítico e patrimonial da iniciativa de Keil do Amaral. Isto é, nas palavras de Vieira de Almeida<sup>156</sup> e de Siza Vieira<sup>157</sup> criou-se uma verdadeira *Bíblia* que teve como consequência inesperada, e perversa, uma pronta apropriação no quadro do desenho de empreendimentos turísticos e de muitas construções “típicas” da área costeira do país.

155. Direcção da AAP – Prefácio à 2ª edição de *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1979

156. Francisco Silva DIAS em entrevista a Inês Oliveira realizada em 13 de Dezembro de 2010 e publicada in Inês OLIVEIRA – *A fotografia...*

157. Guido GIANGREGORIO – Conversación com Alvaro Siza Vieira. Primeira Parte, *Experimenta* 29, 2011

158. Vd. Alexandra CARDOSO e Maria Helena MAIA – “Tradition and Modernity...”

159. Michel TOUSSAINT – *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na Primeira metade do século XX*. PhD in Architectural Theory, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2009

160. Pedro Vieira de Almeida costumava recordar a relação então estabelecida entre o grupo de arquitectos liderado por Nuno Portas e ligado à revista *Arquitectura* com Carlos Flores, ao tempo diretor da revista *Hogar y Arquitectura* e que teria realizado o seu levantamento da arquitectura espanhola na sequência do contacto com o trabalho dos portugueses (transmissão oral de informação testemunhada pelas autoras). Curiosamente, Carlos Flores no seu trabalho não refere a existência do trabalho português anterior.

161. Álvaro SIZA - mesa redonda com os arquitectos António Meneres, Álvaro Siza, Carvalho Dias, Francisco Silva Dias e Pedro Borges Araújo, Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, 1 de Março 2012

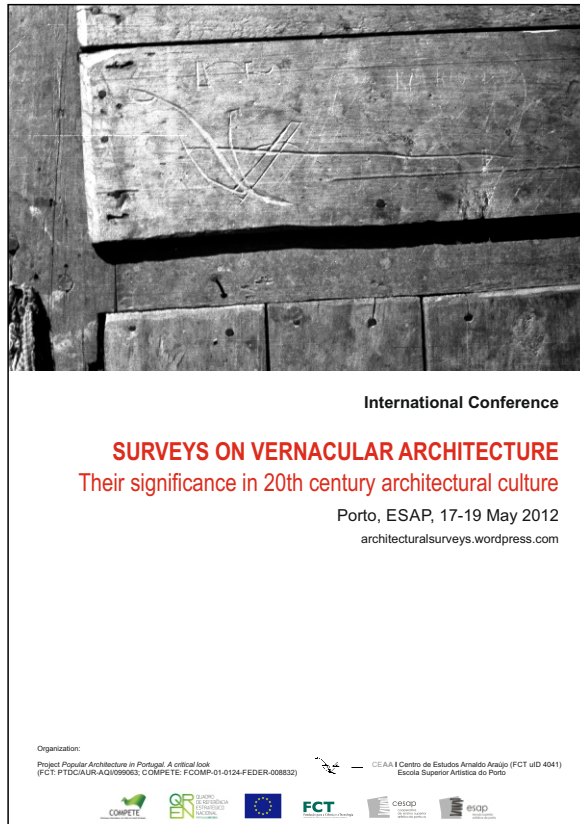
## Contexto Internacional

Apesar do interesse pela arquitectura popular, que caracteriza o Inquérito, partilhar as suas raízes com processos equivalentes levados a cabo noutros países europeus, a discussão do enquadramento internacional do volume *Arquitectura Popular em Portugal* só muito recentemente foi considerado na historiografia da arquitectura nacional.

Uma das possibilidades de diálogo internacional primeiro reconhecidas destaca o grupo catalão GATEPAC que, precisamente nos anos 1930, publica vários exemplos de arquitectura vernacular mediterrânica na sua revista *A.C. Documento de Actividade Contemporânea*<sup>158</sup>. Por seu turno, Michel Toussaint<sup>159</sup> chama a atenção para o facto de que tanto o Inquérito, como a publicação de *Arquitectura Popular em Portugal*, antecederem a famosa mostra do MoMA e o livro catálogo de Bernard Rudovsky, *Architecture without architects* (1964). Chama igualmente a atenção para o facto de *Arquitectura Popular em Portugal* ser referenciado em importantes obras, como *House Form and Culture* (1969) de Amos Rapoport.

Igualmente reconhecida é a influência do Inquérito nos cinco volumes da *Arquitectura Popular Espanhola* (1973) de Carlos Fontes, frequentemente mencionada nos testemunhos orais de contemporâneos como Pedro Vieira de Almeida<sup>160</sup> ou Álvaro Siza<sup>161</sup>.

Muito recentemente, vem sendo levantada a hipótese da ideia do Inquérito ter tido na sua génese a influência do arquitecto brasileiro Lúcio Costa. Na



Cartaz da conferência internacional *Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in the 20th century architectural culture*, Porto, ESAP, 2012. Concepção gráfica de Jorge Cunha Pimentel

realidade, Lúcio Costa fez várias visitas a Portugal, com o objectivo expresso de conhecer a arquitectura portuguesa, em 1926, 1948, 1952 e depois em 1961. Mais ainda, vem sendo notada a importância do seu texto *Documentação Necessária* publicado em 1937<sup>162</sup>. No entanto, sob o ponto de vista historiográfico, esta relação é muito recente, sendo que nenhum dos autores das zonas norte do Inquérito se recorda de ter havido relação direta o Inquérito e as viagens de Lúcio Costa pelo país, em busca das raízes da arquitectura brasileira no seio da arquitectura portuguesa. Correndo o risco de errar por desconhecimento da documentação de suporte em que se baseiam os defensores desta ideia, baseando-nos nos desenhos de Lúcio Costa divulgados na recente exposição *A Arquitectura Portuguesa no Traço de Lúcio Costa. Bloquinhos de Portugal*<sup>163</sup>, diríamos que pode existir aqui algum equívoco de interpretação. Efectivamente, os desenhos demonstram um interesse genuíno sobre a arquitectura portuguesa em geral e Barroca em, particular, mas não especificamente sobre a arquitectura popular. Como notou Ana Vaz Milheiro, do Brasil chega à arquitectura portuguesa a possibilidade de uma relação descomplexizada com a tradição arquitectónica nacional<sup>164</sup>. Isto não significa necessariamente a assunção de um papel singular da arquitectura popular neste contexto.

162. Madalena Cunha MATOS e Tânia Beisl RAMOS – “Um Encontro, Um Desencontro. Lúcio Costa, Raul Lino e Carlos Ramos” in *O Moderno já Passado. O Passado no Moderno. Reciclagem, requalificação, rearquitectura*. Anais do 7º seminário do do.co.mo.mo – Brasil, Porto Alegre: 22 a 24 Outubro 2007

163. Lisboa: Lx Factory, 2013

164. Ana Vaz MILHEIRO – “A Tradição em Brazil Buildings e o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal” in *Nos Trópicos sem Le Corbusier. Arquitectura luso-africana no Estado Novo*. Lisboa: Relógio d'Água, 2012.

Outro exemplo de influência possível, poderia ser encontrado na bem estudada experiência italiana<sup>165</sup> – que os autores do Inquérito afirmam desconhecer<sup>166</sup> – onde os diferentes inquéritos à arquitectura rural, realizados desde os anos 30 tiveram importantes consequências na arquitectura do tempo.

Outros casos similares haverá ainda que identificar e trabalhar.

Com o encontro internacional *Surveys on Vernacular Architecture. Their Significance in the 20th Century Architectural Culture*, tentamos inquirir dos paralelos internacionais do Inquérito. Assim concebido, o volume *Arquitectura Popular em Portugal* ganhou pela primeira vez uma pertinência internacional que não se confunde com um mero esforço de divulgação. Isto é, o projecto *A “Arquitectura Popular em Portugal. Uma Leitura Crítica”* abriu margem para o entendimento do Inquérito numa dimensão cultural vasta, apta a extravasar a especificidade do contexto nacional<sup>167</sup>, porque apostada em inscrever o debate sobre o Inquérito no campo da cultura arquitectónica do século XX. Abriu assim a possibilidade de diálogos internacionais (nomeadamente porque se atentou ao elenco e à discussão dos múltiplos inquéritos que à arquitectura popular foram sendo feitos em vários países europeus). Abriu igualmente a possibilidade de revisão de ideias feitas sobre o modernismo na arquitectura e a sua relação com o domínio da tradição, do popular e do vernacular com repercussões na história da arquitectura geral.

165. Michelangelo SABATINO – *Pride in Modesty. Modernist Architecture and the Vernacular Tradition in Italy*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2011

166. Tanto António Menéres, Carlos Carvalho Dias como Silva Dias, nas conversas atrás referidas, afirmaram que ao tempo desconheciam a existência dos inquéritos italianos.

167. Vd. por ex. António NEVES – “The Second Modern Generation and the Survey on Regional Architecture. Some notes based on projects of Arménio Losa and Cassiano Barbosa” in *Surveys on Vernacular Architecture Their Significance in the 20th Century Architectural Culture*. Conference Proceedings. Porto: ESAP, May, 2012; Ricardo AGAREZ – “Vernacular, Conservative, Modernist: The Uncomfortable ‘Zone 6’ (Algarve) of the Portuguese Folk Architecture Survey (1951-1961)” in *Surveys on Vernacular Architecture...*; Paula ANDRÉ – “Surveys, Travels and Disclosure of Vernacular Architecture in the Portuguese and European Context” in *Surveys on Vernacular Architecture...*



**DOCUMENTOS**



### III PARTE

Pedro Vieira de Almeida

Numa primeira parte deste trabalho procurámos em primeiro lugar esclarecer do âmbito da própria investigação, dos seus limites previsíveis e de algumas características do discurso, com que a queríamos explicar.

Esse foi o primeiro capítulo.

Em segundo lugar abordámos problemas de enquadramento genérico da periodização histórica na medida em que nela se teem escondido alguns dos insidiosos argumentos que reiteradamente teem servido para uma interpretação manipulada por interesses políticos em relação aos quais queríamos manter a nossa autonomia.

Este foi o segundo capítulo.

Em terceiro lugar quisemos deixar perfeitamente clara a maneira como encarávamos as bases teóricas em que apoiávamos as nossas hipóteses percebendo as relações que se estabelecem com outros domínios do saber, rejeição firme de qualquer transcendência e defesa de uma deliberada concretude na análise espacial.

Esse foi o terceiro capítulo.

Em seguida procurou-se definir e enquadrar a noção de espaço na arquitectura, as razões de uma obstinada resistência à sua aceitação.

Neste capítulo foi proposta a articulação da noção de espaço com a noção de massa.

E esse foi o quarto capítulo.

Foram depois estudados alguns casos conhecidos que se teem por exemplos significativos, o que permitiu desenhar interpretações de alguma maneira diversas das interpretações habituais.

E esse foi o quinto capítulo.

Finalmente foi estudado com maior detalhe o caso português que entretanto tinha gerado e permitido toda a investigação, propondo entender em termos críticos a situação que em Portugal opôs architectos e Governo num diálogo longamente recusado de parte a parte e sem qualquer solução consistente durante toda a vigência de Estado Novo.

Finalmente procura-se fazer um ponto da situação não directamente em termos políticos mas procurando decifrar todo o sistema basicamente em argumentos de Arquitectura.

Mas também importava determinar em malha profissional mais alargada alguns aspectos que temos por co-laterais mas que entendemos mesmo assim serem determinantes na investigação que queríamos levar a cabo, quer por servirem enquanto enquadramento genérico quer enquanto motivação.

De aí que embora possa parecer demasiado extenso o território que percorremos com a consequente superficialidade mesmo que relativa de tratamento dos problemas, acreditemos que na perspectiva em que nos colocámos era importante não iludir as dificuldades e que pelo contrário sem estarmos demasiado preocupados com a segurança académica do discurso, deveríamos desenvolver a estruturação autónoma dos nossos próprios pontos de vista certamente com uma fundamentação aceitável, mas sem qualquer pretensão de exaustividade.

Talvez se tenha percebido na sequência dos textos a preocupação de avançar com alguma prudência, prudência que não pretende excluir o risco e que tem a ver com a determinação de deixar justificados todos os passos no caminho que iniciávamos.

Este que se desenvolveu a partir sobretudo da análise de exemplos de Arquitectura Popular, procurou entender da viabilidade de isolar como variáveis duas noções a ter em conta na análise da arquitectura o “espaço-transição” e a “espessura”, aqui considerados enquanto hipóteses de trabalho. Neste momento parece já possível abordar alguns aspectos da História da Arquitectura em geral, ou a obra de alguns arquitectos em particular.

Aqui apenas foram obras que se considera poderem ser verdadeiramente significativas nos temas em estudo.

Mas há certamente todo um trabalho muito mais vasto a realizar.

Falo aqui em relação a um passado próximo.

Mas será evidente que se em relação a um passado longínquo teremos de ter presente ser discutível que tivesse presidido à sua concepção uma consciente noção espacial particularmente articulada.

E será ainda mais discutível uma atitude deliberada em relação a uma sua modelação concreta com ponderada formação de espaços núcleo e espaços complementares e de transição, com todas as implicações a nível antropológico e sociológico que estas categorias em si podem revestir.

De aí que a nossa leitura hoje nela detectando esses elementos possa aparecer como que sobreposta às intenções primeiras<sup>168</sup>

No entanto o mesmo se verifica em relação à arquitectura mais próxima de nós, não servindo qualquer obra, mesmo dos arquitectos mais destacados, para exemplo bastante de quanto se quer dizer.

De qualquer modo esta leitura das particularidades da modelação espacial, supomos continuar a ter a sua legitimidade específica – não quero com isto dizer que a tenhamos necessariamente por correcta --já que como qualquer

168. V. Argan e Zevi

outra, a obra de arte arquitectónica só vive através da nossa participação enquanto seus leitores e essa participação implica e implicará sempre a nossa capacidade de interrogar, com as grelhas de leitura de cada momento.

Com a noção de “espessura” passa-se também qualquer coisa de parecido, sobretudo articulado com uma determinação e modelação espacial.

Por um lado os arquitectos modernistas recusavam mesmo considerar a espessura como variável expressiva, fiéis à ideia de que a “parede delgada” que os cânones do modernismo recomendavam, correspondia por assim dizer a uma conquista na linguagem arquitectónica que acreditavam ter sido adquirida de maneira definitiva.

E recusavam igualmente a noção de “espaço-transição” em nome dos “volumes puros” sob a luz, que a definição de arquitectura de Le Corbusier referia.

Parecia-lhes assegurar-se ali uma relação privilegiada com a evolução tecnológica e o desenvolvimento industrial, abraçando-se a ideia -- de resto com não total ingenuidade -- de que só esta linguagem de “parede delgada” permitia uma coincidência com a ideia de democracia na arquitectura, o que era certamente uma relação excessivamente directa e justifica por inteiro a prevenção de (Lacan? A não determinação, ver) separando<sup>169</sup> ...

Foi de resto, a esta desagregação que eu pretendi referir em 70 quando sublinhei os parágrafos de Fialho de Almeida em que ele descreve o ambiente que supunha ver nas casas de Raul Lino, “onde fiam velhas em rocas e velhos lêem gravemente in-fólios de aventuras”<sup>170</sup>.

Mas de qualquer maneira terá sido aquele tipo de convicções de uma relação muito directa entre a noção de espessura e posição ideológica, que lançou genericamente no espírito de uma arquitectura modernista, um anátema sobre a noção de “parede espessa”.

Esta foi considerada como se significasse uma directa relação com valores políticos de direita e com regimens de índole reaccionária.

De resto este mesmo simplismo de catalogação ainda hoje é frequentemente encontrável em relação ao pensamento expressionista.

Mas vimos, também a cultura modernista recusava por inteiro a noção de “espaço-transição”, agora em obediência aos “volumes puros” sob a luz, que a definição de arquitectura de Le Corbusier consagrava.

Nisto tudo, o que pode hoje causar alguma estranheza é o facto de as ideias de Le Corbusier, terem sido totalmente acolhidas apenas pelo seu valor facial, sem um mínimo de elaboração posterior, perfeitamente impermeáveis os arquitectos aos magníficos exemplos que Le Corbusier foi simultaneamente semeando ao longo da sua obra, onde se acumulavam exemplares de uma grande liberdade de concepção, em que as famosas “coberturas jardim”

169. Optou-se por deixar a anotação tal como estava no texto porque se considera que pode ajudar a compreender a intensão da frase que ficou incompleta. Nota das Editoras.

170. Fialho de ALMEIDA (*A Esquina*, p. 206) citado in Pedro Vieira de ALMEIDA – “Raul Lino. Arquitecto Moderno” in *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 128. Nota do autor no texto: “(aumentar ver catálogo pág. 130)”.

carregadas de saudável lirismo teem um lugar absolutamente destacado.

A única forma encontrada para enquadrar aqueles exemplos tidos por desnorteantes, foi o considerar Le Corbusier como um caso extremo de dispersão e incoerência, sentindo ainda os arquitectos terem o direito a achar-se profissionalmente ofendidos e “atraiçoados” por algumas das suas obras.

Situação que cresceu exponencialmente com o quase escândalo cultural da magnífica Capela de Ronchamp.

Genericamente portanto para os arquitectos modernistas nada de “paredes espessas”, nada de “espaços-transição”.

O que aqui é de sublinhar é que ao fazer-lo os arquitectos modernistas se recusavam à partida a um vector indispensável para um entendimento do espaço enquanto expressão, simultaneamente recusando-se entender o que poderiam ser os vectores de um verdadeiro compromisso democrático, que por outro lado e bem justificadamente, lhes era tão caro defender.

Não se põe minimamente em causa a seriedade das intenções, mas será inevitável pôr em causa a clarividência teórico-crítica em que se apoiavam.

Mas aqui por razões que profissionalmente se prendiam com o respeito pelas estritas normas modernistas antes referidas, os arquitectos até poderiam estar de acordo.

Nenhuma destas duas posições opostas, seja por parte dos arquitectos e muito menos por parte do Estado, em relação à “espessura” ou em relação ao “espaço-transição” era percebida em quadro teórico-crítico, o que permitiu durante décadas o desenvolvimento de um diálogo de surdos em que de vez em quando até acontecia uma surpreendente coincidência de pontos de vista que no fundo ninguém previa e de alguma maneira resultava embaraçante.

Mas a discussão entretanto possível não era uma discussão de linguagens ou concepções, era um confronto de incomodidades várias que ninguém sabia explicar bem, nem fazia o mínimo esforço para entender, o Estado por natural incompetência neste sector, os arquitectos pela convicção arreigada de que não valia a pena aprofundar os conhecimentos em arquitectura, já que aquilo que estava definido nos CIAM representava um estádio final do conhecimento possível.

E vão ser curiosas as consequências formais.

Os arquitectos que representam o grosso da linguagem do chamado “português suave”, confrontados com uma expressão urbana, novos materiais e condicionantes financeiras, vão construir também com paredes delgadas, mas entendendo sem entender as reticências do poder, cercam as janelas de ombreiras e vergas sólidas que dão ao conjunto um certo sentido exterior de espessura, reforçado pelas molduras nas portas da rua que acabam por dispor de exuberantes moldurações mesmo fora de escala em relação ao conjunto, como é bem o caso dos prédios construídos na Av. António Augusto Aguiar.

Não se tratava só de uma questão de estilo mais ou menos “digno” de uma cidade que embora modestamente se pretendia com digna e sólida monumentalidade, mas do estabelecer para uma visão exterior a ilusão de um tipo de qualidade de habitação que de facto só existia em aparência.

Numa versão mais modesta mas muito significativa, os prédios de Alvalade com idêntico tratamento de entradas e vãos e com uma inserção de janelas como óculos, vão tentar satisfazer essa intenção com a convicção oscilante de quem não tem uma visão inteiramente lúcida do que estava em jogo e como se jogava aquele jogo.

Ainda é Neil Leach que cita Stanley Fish para dizer que cada acto está inscrito no quadro de uma posição ideológica,<sup>171</sup> o que parece evidente.

[<sup>172</sup>]

È evidente e é precisamente isso que torna sem muito sentido as pretensões dos regimens fascistas de se proclamarem como a-ideológicos.

Poderia mesmo considerar, que tal pretensão, é sintoma da ainda que encapotada fascisação de qualquer estrutura política.

Assim a pergunta de Leach “can there ever be a democratic architecture”<sup>173</sup> parece desadequada ao problema e de imediato redutora.

Assim os arquitectos enquanto profissionais não podem desconhecer estas vertentes, nem fingirem supor que a arquitectura está isenta deste contacto com o social.

Nem podem desleixar teoricamente o aprofundamento destas relações que precisam de ser estudadas.

Por isso mesmo é que considerar o “programa” como um obstáculo ao desenvolvimento de uma arquitectura como poética, é apenas reflexo de um “oportunismo” menor.

Claro que seria um erro de sinal contrário o considerar que só é arquitectura aquela que responde a esse tipo de problemas<sup>174</sup>.

#### Nota das editoras

O presente texto de Pedro Vieira de Almeida encontrava-se em fase de redacção, tendo nós optado por publica-lo tal como se apresentava, com algumas, pequenas, intervenções editoriais. Assim, com apenas uma excepção, devidamente referenciada, as anotações incluídas no texto foram passadas para nota de rodapé e as referências bibliográficas completadas.

171. Neil LEACH – *A Anestésica de Arquitectura*.  
Lisboa: Antígona, 2005 (1999), p. 117

172. (alargar)

173. V. Neil LEACH – *A Anestésica de Arquitectura*.  
Lisboa: Antígona, 2005 (1999), p. 25

174. (v. na URSS)



**ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL.  
UMA LEITURA CRÍTICA**  
*Popular Architecture in Portugal. A Critical Look*  
**PROJECTO**

**Palavras-chave**

Arquitectura Popular / Popular Architecture ; Inquérito / Survey; Teoria da Arquitectura / Architectural Theory; Arquitectura Moderna / Modern Architecture

**Instituições envolvidas**

Instituição de Gestão  
Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto (CESAP)

Instituição de Acolhimento  
Escola Superior Artística do Porto (ESAP)

Unidade de Investigação  
CEAA | Centro de Estudos Arnaldo Araújo

**Equipa**

Alexandra Cardoso  
Joana Cunha Leal  
Maria Helena Maia (IR 2011-2013)  
Pedro Vieira de Almeida (IR 2009-2011)

**Consultores**

Josefina Gonzalez Cubero  
Mariann Simon  
Miguel Angel de la Igués

**Financiamento**

€ 48.653,00

## Sumário

O programa de investigação que neste momento propomos, centra-se no ESTUDO CRÍTICO DO VOLUME “ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL”, VULGARMENTE CONHECIDO POR “INQUÉRITO”.

Publicado no início da década de 60, pelo Sindicato dos Arquitectos, o “Inquérito” constitui na história da cultura arquitectónica portuguesa um marco, enquanto testemunho histórico de uma época, representando um significativo desafio para uma consciência crítica actual

A necessidade de dar continuidade ao trabalho ali desenvolvido, foi de resto explicitamente sugerida logo no prefácio da primeira edição, sendo reiterada quasi 20 anos mais tarde, no prefácio da 2ª edição, em ambos os casos textos subscritos pelas Direcções do Sindicato, à altura vigentes.

Mais concretamente vaticinava-se no segundo prefácio referido, que aquela nova edição pudesse vir a servir “como estímulo ao estudo da documentação obtida no 'Inquérito' e ao aprofundamento da problemática da Arquitectura”. Embora sempre adiantada enquanto hipótese, desse plano de trabalhos nada foi produzido de concreto.

Assim ao tornarmos hoje a pegar no tema, passados 48 anos, estamos conscientes de que estamos afinal a cumprir com objectivos de há muito traçados.

Mas também entendemos que o abordar o “Inquérito” com a distância de meio século de intervalo, arrefecidas algumas polémicas que em seu torno se terão levantado, constitui um facto que nos vem propor uma maior exigência de métodos, um maior rigor, seja na própria análise que do “Inquérito” posamos fazer, seja nas consequências que dessa análise venhamos a destacar.

Podemos considerar que o âmbito mais ambicioso do programa de investigação que propomos, teria como horizonte mais vasto de possibilidades, o poder contribuir de forma consistente para uma discussão e aprofundamento dos argumentos de um discurso teórico de arquitectura, que hoje julgamos poder dizer já não reivindicar nem um carácter científico/filosófico, nem um estatuto normativo.

Pelo contrário pensamos até, ter sido essa mesma presunção filosófico-científica, essa mesma presunção de normatividade, a causa de muitas pistas e esforços claramente equivocados na definição dos seus objectivos próprios, na selecção dos seus métodos.

É nossa ideia que para ser efectivamente operativo, seja qual for o nível que se pretenda estabelecer, o discurso teórico terá de se manter resolutamente “arquitectónico”, isto é, terá de se afastar quasi militantemente dessa sedução das referências filosofantes que em geral os arquitectos não controlam, nem em verdade têm de controlar.

Entretanto consideramos que a discussão crítica do “Inquérito” mantém toda a sua oportunidade, agora que o tema dos vernáculos e regionalismos tornou a entrar no âmbito das discussões profissionais.

Mas em vez de estudar o “Inquérito” de maneira isolada, em si mesmo e por si mesmo, defendemos o seu estudo num quadro ponderado e em constante diálogo com elementos teóricos subjacentes à expressividade própria de algumas das linguagens eruditas modernas.

Sabemos que os tempos de exploração de cada uma destas linhas, uma mais marcadamente abstracta, outra mais marcadamente pragmática, não parecem ser directamente sobreponíveis ao longo de todo o estudo, nem os seus resultados serão avaliáveis com idênticas margens de erro, o que torna qualquer calendarização e valoração global, marcadamente assimétrica.

No concreto, o que neste momento se pensa levar a cabo, mantendo em paralelo as duas linhas apontadas, a vernacularidade e a contemporaneidade, será constituído por:

- 1) UMA PARCELA PILOTO DOS TRABALHOS A REALIZAR SOBRE O “INQUÉRITO”;
- 2) UM APROFUNDAMENTO TEÓRICO QUE FOR POSSÍVEL PRODUZIR EM PERÍODO DE TEMPO COMPATÍVEL.

Parece além disso, haver um ganho nesta aproximação dupla, já que permite uma leitura mais estruturada e estruturante do “Inquérito” e ainda por termos verificado que grande parte das preocupações que actualmente invadem o mundo da arquitectura e que são frequente objecto de análise em encontros internacionais ou em escritos divulgados pela imprensa do ramo, podem ser melhor analisadas, não numa observação ansiosa e obsessiva da ofuscante diversidade presente, mas na mais ponderada leitura comparada, neste caso concreto, com os argumentos de um espólio “estabilizado” como o do “Inquérito”.

Claro que referimos aqui, uma leitura estruturada através de uma análise renovada, essa sim deliberada e exigentemente actual.

Torna-se claro portanto que não se pretende desenvolver um trabalho no plano da investigação histórica, mas sim um trabalho no plano da teoria-crítica da arquitectura, em que os aspectos estritamente históricos, por importantes que sejam, não podem ser entendidos senão, enquanto inevitáveis “efeitos colaterais”.

Supomos com alguma razoabilidade, revestir-se este caminho de suficientes elementos de originalidade na sua formulação, sendo além disso importante sublinhar a preocupação em manter em simultâneo toda a investigação numa perspectiva de operacionalidade crítica em relação à arquitectura da actualidade

## Summary

The research proposal we are presenting is centred on the CRITICAL STUDY OF THE PUBLICATION “A ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL”, MORE COMMONLY KNOWN AS THE “INQUÉRITO”.

Published in the early 1960s by the Sindicato dos Arquitectos [Architects' Union], the “Inquérito” constitutes an important point in the history of Portuguese architectural culture as a historical testament of its time, representing a serious challenge to our current critical conscience. The need to continue the work developed was explicitly mentioned in the preface of the first edition of the “Inquérito”, and was reiterated in the preface to the 2nd edition, published twenty years later, both texts being signed by the then committees of the Sindicato.

In fact, the preface to the 2nd edition laid down the hope that the new edition could serve “as a stimulus to the study of the documentation obtained in the “Inquérito” and the further inquiry into the problematic of Architecture”.

Though the intention was maintained, nothing concrete was ever produced.

As such, in picking up on this project, 48 years later, we are aware that we will be achieving aims which were drawn up long ago. But we also understand that the study of the “Inquérito” half a century after its publication and the polemical discussions surrounding it, will require of us a more careful methodology and rigor, be it in the actual analysis of the publication, or in the results of that analysis.

We consider that the most ambitious part of our research proposal has among its other possibilities, the ability to contribute consistently to the discussion and deepening of the arguments of a theoretical discourse on architecture, which we believe has today lost its claim to a scientific/philosophical character, as well as to its normative character.

On the contrary, we believe it to be that philosophical-scientific presupposition, that presupposition of normativity, the cause of numerous mistaken efforts in the definition of its own objectives and in the selection of its own methodology.

It is our belief that for it to be effectively operative, no matter what level one aims to establish, that the theoretical discourse should maintain itself resolutely architectonic; that is to say that it should distance itself almost militantly from that selection of philosophical references which architects generally do not control, nor are meant to control.

We consider that the critical discussion of the “Inquérito” maintains all its relevance, now that the themes of the vernacular and regionalism have again entered into professional discussions.

However, instead of studying the “Inquérito” in isolation, in and for itself, we defend that its study within a framework in constant interaction with

theoretical elements connected to the expressiveness characteristic of some of the modern erudite languages. We are aware that the time necessary to explore either of these branches, one markedly more abstract while the other markedly more pragmatic, does not seem to be strictly contiguous throughout the course of the study, neither will the results of the study be evaluated with the same margins for error, which makes any attempt at calendarization and evaluation of the project noticeably asymmetric.

Concretely, what we endeavour to study, while maintaining in parallel both branches mentioned, the vernacular and the contemporary, will be constituted by:

- 1) A PILOT PORTION OF THE WORK TO BE PRODUCED ABOUT THE “INQUÉRITO”;
- 2) A THEORETICAL EXPLORATION REDUCIBLE TO THE TIME AVAILABLE.

There also seems to be something to gain in this double approximation, in that it permits a more structured and structuring reading of the “Inquérito” and also because we have verified that the majority of concerns currently invading the world of architecture which are frequently the object of analysis in international conferences or in published materials, can be better analysed, not in an anxious and obsessive observation of the obfuscating diversity, but in the careful comparative reading, in this case, of the arguments of a 'stabilized' legacy as that of the “Inquérito”.

Of course here we should also refer to a structured reading based on renewed analysis, an analysis which is deliberate and necessarily contemporary.

It is clear then that we do not endeavour to develop a historical research project, but a project on architectural theory and criticism, in which the historical aspects, important as they may be, cannot be considered but inevitable 'collateral effects'.

We believe that this investigative path contains sufficient original elements, though at the same time it is important to underline our concern in keeping the study in constant critical dialogue with the architecture of today.

### **Literature Review**

The results of the “Inquérito” undertaken by the then Sindicato dos Arquitectos to "Portuguese popular architecture" were published in 1961, having been reprinted in 1980, 1988 and 2004 thus proving the interest it created. Constantly referred to in the contemporaneous studies, the “Inquérito” is usually referred to merely as a historical element, at times articulated with direct or indirect references to the project and, less frequently, as an important element for the reading of its contemporary architecture (Portas, 1973).

Of all these approaches to the “Inquérito”, there never is the idea to approach the document as a source which itself can be subject to critical inquiry. Though the Associação dos Arquitectos Portugueses, later the Ordem dos Arquitectos, promoted and published an extension of the survey on popular architecture in the archipelagos of Madeira (Mestre, 2002) and Açores (Caldas, 2000), these works did not contain a specific methodological reflection.

The surveys on the regional architecture of the island were preceded by studies in the fields of ethnography and anthropology, of which we should mention the work of Ernesto Veiga de Oliveira and Fernando Galhano (1992) and, more recently, João Leal (2000) which, following José-Augusto França (1974), offers a historic panorama of the approximation to rural architecture, in the context of the construction of a notion of 'national identity'.

From the point of view of the theory and history of architecture, the perception that the discovery and the later understanding of vernacular architecture as a cultural artifact, constitutes the basic condition to comprehending the reasons for the undertaking of the “Inquérito”, is derived from the work of some members of the team regarding the evolution of the notion of heritage as associated to the construction of a 'national identity' (vd. Maia 2006a, 2006b, 2007; Leal, 2006 and Trevisan and Maia, 2004).

At the same time, Pedro Vieira de Almeida (2002b, 2004, 2006a, 2006b, 2007 e 2008) has proposed a theoretical formulation of the notion of postmodernity in which he articulates his own notion of 'critical internationalism' and the idea of 'critical regionalism' – previously formulated by Alexander Tzonis and Liane Lefaivre (vd. Lefaivre and Tzonis, 2003) and reformulated by Kenneth Frampton (1983) – a notion of postmodernity which could potentially serve as frame of reference for the understanding of the “Inquérito” and its consequences in national architecture.

Regarding the approach to the “Inquérito”, it is noted that already in 1990, Pedro Vieira de Almeida and Maria Helena Maia – in a publication often referred to in later studies on Portuguese 20th century architecture – alert to the political contextualization of the “Inquérito” – a contextualization which would later become object of its own study (Almeida, 1997, 2002a) – and to the lack of a serious theoretical consideration given to it and the importance of undertaking a “structured critical reading” of the data it provided (Almeida and Maia, 1990: 153).

A similar position was later taken in monographic studies on the work of two architects connected to the “Inquérito”, Arnaldo Araújo (Almeida and Cardoso, 2002) and Octávio Lixa Filgueiras (Almeida and Cardoso, 2007), in which a partial contextualization of the “Inquérito” is already made, and will later be further developed (Almeida, 2008).

These studies aim to frame themselves within a critical reading of Portuguese contemporary architecture (Almeida, 1994), based on the work of some

architects, following monographic studies undertaken as a support to the first three large architecture exhibitions sponsored by Fundação Calouste Gulbenkian and dedicated to the works of Raul Lino, Carlos Ramos and Viana de Lima (Almeida, 1970, 1986 and 1996).

As such, we believe it is possible to conclude that, apart from the work our team has been developing, there are no studies that truly approach “Portuguese popular architecture” in the light proposed by our project.

## **Plan and Methods**

The more generic, operational and prudent option in an investigation which from the start seems to correspond to a high level of uncertainty we suppose exists in this particular investigation – especially considering that this project must be a complete piece of work in itself and, at the same time, be understood as part of a larger investigation – will be to advance with successive controlled approximations, establishing a reduced number of pilot areas with a limited research programme in areas chosen specifically not because of any eventual coherence in the source material, but instead because of the diversity of situations it will make us aware of and begin to consider its real impact.

It is very problematic to propose, at this stage, firm and reliable methodological tracks to follow in this project.

We believe it is more important, without any break in the continuity of the investigation and deliberately establishing the connection to other longer phases of work which may develop in the future, maintain a high degree of malleability and adaptability in the entire course of the project.

This double perspective will naturally determine some supplementary concerns in the study.

As such, though we do not rule out other options, more ambitious for the future development of the project, the following programming, cost evaluation, staff and logistical requirements will only pertain to this specific project.

The anticipated phases for this study will be mainly practical even though they may imply a parallel theoretical approach, which we can summarize as:

1st phase – Collection of material, study and treatment of available data, research trips and the registering of provisional conclusions. Organization of a scientific meeting.

2nd phase – Field work;

3rd phase – Theoretical analysis and data mapping, preparation of reports and other texts for publication with project conclusions.

Connected to and in parallel with this essentially practical part of the project,

we will develop a theoretical basis and a reflection which will not only include Portuguese modern architecture, but also current architectural manifestations in diverse parts of the world.

The reason we believe public funding should be spent on this project is because it is an original piece of research which presents a certain level of disciplinary demand, developed in an area of knowledge which, as all of critical and theoretical architecture, has not been excessively developed in Portugal, especially if supported by work which requires the availability of means.

Furthermore, the “Inquérito”, basis of our research proposal and which nowadays is not questioned in its entirety, even though we may disagree more or less strongly with it, allegedly waited six years for the state funding which would make it a reality (Inquérito).

What we aim to do is, based on the re-analysis of a work of inestimable value from the last century, the “Inquérito”, develop a consistent group of elements of a possible THEORETICAL BODY which will prove operable in the appreciation of the study, not only of the architectures mentioned in the “Inquérito” and the arguments then used to interpret and integrate, but operable still as an instrument capable of understanding and participating creatively in a discussion on some of the current architectural expressions, more or less accepted and known.

In this project we aim to understand if the hypothesis previously formulated of the determined meaning of the “thickness” vector in the field of architectural expression has, in vernacular architecture, the same incidence it seems to have in erudite architecture.

In relation to this, we believe that there can be established a distinction between the group of architectures based on the “poetics of thick walls” and the group of architectures based on the “poetics of thin walls”.

It is our conviction that during all of modernism, the expression articulated around the “poetics of thin walls” was privileged, though there are examples, even within modernism, of a sensibility to the “poetics of thick walls”.

Another hypothesis which should also be considered is that of the real expressive meaning of the category “space-transition” in the structuring of the idea of “habitation”, which we understand to be space-transition, an in-between space defined as being simultaneously interior and exterior.

In relation to the first variable, the “thickness”, we believe that this was, even on the international level, one of the causes of the strangeness with which the majority of architects received a building of such vigour and suggestive structure as the Ronchamp chapel of Le Corbusier.

There are numerous examples, as we can see from some projects by Aalto (Three Crosses Church of Imatra, occasionally in Villa Marea).

In Portugal we can see also elements of that same sensibility, expressed in works by Nuno Teotónio Pereira (Águas Church, Torre dos Olivais) or of

Álvaro Siza (Matosinhos Houses, Marco Church).

In relation to the second variable, “space-transition”, it is also our belief that here also Modernism exercised a deliberate lack of understanding, which we suppose can be interpreted mainly in the context of precise ideological concerns.

This attitude was in some way imported to the architecture developed in Portugal, more due to supposed ideological affinities – which the Portuguese context enhanced – than a true theoretical and critical adherence.

If these readings are true, there are ample conclusions to be drawn, be they directly in relation to the typological definition we can formulate from the examples in the “Inquérito”, or in the critical possibility of a new dialogue between the erudite fields and the vernacular fields in the architectural language in general, or even in the renewed discussion of the values of an “identity” which still today can and should be considered, albeit with other significance and criteria.

On the other hand, some paths remain open to what could be a more consistent interpretation of the mutual incomprehension between what has been called Estado Novo architecture and an architecture of Modernity.

Finally, these and other possible questions may lead us to understand our capacity for theoretical and critical creation in the field of architecture, setting aside the common role of mere commentators of international theoretical production, thus assuming consciously and securely our ability to contribute autonomously and creatively to the discussions, even if they may be on the international level.

There, we will be understanding each other in the cultural framework we privilege – that of post-modernity, which we define – because culture is not technological – as being a time, in fact our own, in which the notion of peripheral countries and leading countries ceases to make sense, neither will it be credible to maintain the notion of universal vanguard.

## Bibliographic References

[Almeida, 1970] ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Raul Lino, Arquitecto Moderno” in *Raul Lino*. Exposição retrospectiva da sua obra. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 115-188

[Almeida, 1986] ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Carlos Ramos — Uma Estratégia de Intervenção” in *Carlos Ramos*. Exposição retrospectiva da sua obra. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 45-108.

[Almeida, 1994] ALMEIDA, Pedro Vieira de – “A noção de "passado" na arquitectura das décadas difíceis. O caso de Lisboa”, *Rassegna*, Ano XVI, 59 – 1994/III, Milão e Lisboa: 1994, p. 52-62. (Publicado em português e italiano).

[Almeida, 1996] ALMEIDA, Pedro Vieira de – *Viana de Lima arquitecto 1913-1991*. (Coord.) Catálogo da exposição. S.l.: Fundação Calouste Gulbenkian / Árvore - Centro de Actividades Artísticas, C.R.L., 1996, p. 51-96 (colaboração de Alexandra Cardoso na investigação).

[Almeida, 1997] ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Arquitectura e Poder: Representação Nacional” in *Arquitectura do Século XX em Portugal*. München. New York: Deutsches Architektur - Museum / Prestel e Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, p. 92-97; “Architektur und Macht: Nationale Darstellung“ in *Architektur im 20. Jahrhundert Portugal*. München. New York: Deutsches Architektur - Museum / Prestel, 1997

[Almeida 2002<sup>a</sup>] ALMEIDA, Pedro Vieira de – *Arquitectura no Estado Novo*. Uma leitura crítica. Lisboa: Livros Horizonte, 2002

[Almeida, 2002<sup>b</sup>] ALMEIDA, Pedro Vieira de – *O Tronco da Arquitectura. Do racionalismo como borbulha*. Porto: CEEA, col. Edições Caseiras/4, 2002

[Almeida, 2004] ALMEIDA, Pedro Vieira de – *Da Teoria. Oito Lições*. Porto: ESAP, 2004 (84 pág.)

[Almeida, 2006<sup>a</sup>] ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Arquitectura e Identidade”, *Vinte e Um Por Vinte e Um*, n.º 2, *Arte e Identidade*. Dezembro, 2006, p.138-143

[Almeida, 2006<sup>b</sup>] ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Sistemas de Teorias – Esquemas de Modernidades”, *Espacio Tempo y Forma*, Série VII, n.º 18-19. Madrid: UNED, 2005/2006

[Almeida, 2007] ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Some Basic Ideas on Theory” in Second EAAE-ENHSA Sub-network workshop on Architectural Theory: *Mapping the Field of Architectural Theory in European Schools of Architecture*. (The Faculty of Architecture and Fine Art, NTNU, Trondheim, Norway, 28-30 June 2007). No prelo.

[Almeida, 2008] ALMEIDA, Pedro Vieira de – *Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008

[Almeida, Cardoso 2002] ALMEIDA, Pedro Vieira de e CARDOSO, Alexandra – *Arnaldo Araújo, arquitecto (1925-1982)*. Porto: CEEA, col. Edições Caseiras/1, 2002

[Almeida, Cardoso 2007] ALMEIDA, Pedro Vieira de e CARDOSO, Alexandra – *Octávio Lixa Filgueiras, Arquitecto (1922-1996)*. Porto: CEEA, col. Edições Caseiras/10, 2007

[Almeida, Maia, 1990] ALMEIDA, Pedro Vieira de e MAIA, Maria Helena – *História da Arte em Portugal*, vol.14, *Arquitectura Moderna*. (Direcção de Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes). Lisboa, Alfa, 1990 (1986), p. 1-153

[Arquitectura, 1961] *ARQUITECTURA Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1ª edição, 1961, 2v.; 2ª edição; Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980; 3ª edição: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, 3v.; 4ª edição: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2004, 2 v.

[Caldas, 2000] CALDAS, João Vieira (coord.) – *Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000

[Frampton, 1983] FRAMPTON, Kenneth – “Prospects for a Critical Regionalism”, *Perspecta: The Yale Architectural Journal*, 20, 1983, p.147-62

[França, 1974] FRANÇA, José-Augusto – *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand Editora, 1974

[Leal, 2006] LEAL Joana Cunha – “A individualidade de Lisboa e o tipo de casa portuguesa em Júlio de Castilho”, *vinte e um por vinte e um*, nº 2: *Arte e Identidade*. Porto: ESAP, 2006, p. 73-85

[Leal, 2000] LEAL, João – *Etnografias Portugueses, 1870-1970: cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: D. Quixote, 2000

[Lefavre, Tzonis 2003] LEFAIVRE, Liane e TZONIS, Alexander – *Critical Regionalism. Architecture and Identity in a Globalized World*. Munich/Berlin/London/New York: Prestel, 2003

[Maia, 2006<sup>a</sup>] MAIA, Maria Helena – “De Bienes de la Nación a Monumentos Nacionales. Romanticismo y patrimonio arquitectónico en Portugal”, *Espacio, Tempo y Forma*, Série VIII História del Arte, Madrid: UNED, 2005/2006, p. 109-133

[Maia, 2006<sup>b</sup>] MAIA, Maria Helena – “Notas sobre a construção de uma identidade possível: o Manuelino”, *vinte e um por vinte e um*, nº 2: *Arte e Identidade*. Porto: ESAP, 2006, p. 118-128

[Maia, 2007] MAIA, Maria Helena – *Património e Restaurom em Portugal (1825-1880)*. Com Prefácio de Margarida Acciaiuoli. Lisboa: Edições Colibri / IHA/Estudos de Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 2007, (394 pág.)

[Mestre, 2002] MESTRE, Víctor – *Arquitectura Popular da Madeira*. Lisboa: Argumentum, 2002.

[Oliveira, Galhano 1992] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Edições D. Quixote, 1992

[Pereira, 1988] PEREIRA, Nuno Teotónio – “Introdução” à 3ª edição de *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988

[Portas, 1973] PORTAS, Nuno – “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal” in *História da Arquitectura Moderna* de Bruno Zevi. Lisboa: Editora Arcádia, 1973, p.687-746

[Trevisan, Maia 2004] TREVISAN, Alexandra e MAIA, Maria Helena – *Casa Ricardo Severo*. Porto: CEAA, col. Edições Caseiras/, 2004 (no prelo)

### **Past Publications**

[dadas como referência do trabalho dos membros da equipa]

[Almeida, 2008] ALMEIDA, Pedro Vieira de – “O Inquérito à Arquitectura Regional” in *Apointamentos para uma Teoria da Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 105-112

[Almeida, Cardoso 2007] ALMEIDA, Pedro Vieira de e CARDOSO, Alexandra – *Octávio Lixa Filgueiras, Arquitecto (1922-1996)*. Porto: CEAA, col. Edições Caseiras/10, 2007, 64 pág

[Maia, 2007] MAIA, Maria Helena – *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Com Prefácio de Margarida Acciaiuoli. Lisboa: Edições Colibri / IHA/Estudos de Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 2007, (394 pág.)

[Almeida, Cardoso 2002] ALMEIDA, Pedro Vieira de e CARDOSO, Alexandra – *Arnaldo Araújo, Arquitecto (1925-1982): Catálogo da exposição*. Porto: CEAA, col. Edições Caseiras/1, 2002, 56 pág

[Almeida, 1996] ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Viana de Lima” in *Viana de Lima arquitecto 1913-1991*. Coordenação de Pedro Vieira de Almeida. S.l.: Fundação Calouste Gulbenkian / Árvore – Centro de Actividades Artísticas, C.R.L., 1996, p. 51-96 (research collaboration: Alexandra Cardoso)

# RESULTADOS

## Organização de encontros científicos

*Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture.* Porto: ESAP, 17-19 Maio 2012

*A “Arquitectura Popular em Portugal”. Uma Leitura Crítica.* Apresentação dos resultados de um projecto de investigação. Porto: ESAP, 17 Outubro 2013

## Exposições

*A “Arquitectura Popular em Portugal”. Uma Leitura Crítica.* Porto: Galeria da ESAP, 17 de Outubro a 7 de Novembro de 2013.

## Publicações

### LIVROS

2013 | Pedro Vieira de Almeida

*A Noção de Espessura na Linguagem Arquitectónica*

Porto: CEAA, Edições Caseiras/20, 2013

2013 | Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia e Alexandra Cardoso (ed.)

*To and Fro: Modernism and Vernacular Architecture*

Porto: CEAA, 2013 (250 pág.)

2013 | Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso e Joana Cunha Leal

*Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional. Caderno 4.*

Porto: CEAA, Edições Caseiras/19, 2013 (68 pág.)

2013 | Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso e Joana Cunha Leal

*Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional. Caderno 3.*

Porto: CEAA, Edições Caseiras/18, 2013 (76 pág.)

2013 | Pedro Vieira de Almeida

*Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional. Caderno 2.*

Porto: CEAA, Edições Caseiras/17, 2013 (68 pág.)

2012 | Pedro Vieira de Almeida

**Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional. Caderno 1.**

Porto: CEAA, Edições Caseiras/16, 2012 (80 pág.)

2012 | Alexandra Cardoso, Joana Cunha Leal and Maria Helena Maia (ed)

**Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture: Conference Proceedings.**

Porto: CEAA, 2012 (554 pág.)

2012 | Alexandra Cardoso, Joana Cunha Leal and Maria Helena Maia (ed.)

**Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture. Book of abstracts.**

Porto: CEAA, 2012 (68 pág.)

2010 | Pedro Vieira de Almeida

**Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. O propósito de uma investigação.**

Porto: CEAA, Edições Caseiras/14, 2010, (28 pág.)

#### CAPÍTULOS DE LIVROS, ARTIGOS E TEXTOS PUBLICADOS EM ACTAS

2013 | Alexandra Cardoso, Maria Helena Maia e Joana Cunha Leal

**Arquitectura Popular em Portugal. Valores expressivos: o espaço-transição**

*Actas do Colóquio Internacional Arquitectura Popular.* Arcos de Valdevez: Casa das Artes, 3-6 Abril 2013

2013 | Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia and Alexandra Cardoso

**Architectural theory and the vernacular in Pedro Vieira de Almeida's writing**

in *To and Fro: Modernism and Vernacular Architecture*. Porto: CEAA, 2013, p.109-121

2012 | Pedro Vieira de Almeida

**Posicionamento Teórico Genérico**

*Revista de História da Arte*, nº 10, *Práticas da teoria/practices of theory*. Instituto de História da Arte da FCSH-UNL, 2012, p. 26-44

2012 | Maria Helena Maia e Alexandra Cardoso

**O Inquérito à Arquitectura Regional: contributo para uma historiografia crítica do Movimento Moderno em Portugal**

in *Actas IV Congresso de História da Arte Portuguesa – APHA*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 21-24 Novembro 2012, p. 379-387

2012 | Maria Helena Maia

**From the Portuguese House to the 'Popular Architecture in Portugal': notes on the construction of Portuguese architectural identity**

*National Identities, special issue: Architecture and the Construction of National Identity*, vol. 14, Issue 3, 2012, p. 243-256. DOI:10.1080/14608944.2012.702746

2012 | Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso and Joana Cunha Leal

**Our Project: The 'Popular Architecture in Portugal'. A Critical Look. Intercalar results of a research Project**

in *Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture*. Conference Proceedings. Porto: CEEA, May 2012, p. 15-24

2012 | Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia and Alexandra Cardoso

**Pedro Vieira de Almeida and the Survey**

in *Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture*. Conference Proceedings. Porto: CEEA, Maio 2012, p. 25-35

2012 | Maria Helena Maia and Alexandra Cardoso

**Portuguese Popular Architecture: Appropriations**

in Proc. of *ISVS-6, 6th International Seminar on Vernacular Settlements, Contemporary Vernaculars: Places, Processes and Manifestations*, April 19-21, 2012, Famagusta, North Cyprus, 2012, p. 312-22

2012 | Pedro Vieira de Almeida

**A Criação Teórica**

*J.A. Jornal Arquitectos*, 244, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Jan/Fev/Mar 2012, p.111-115.

2012 | Alexandra Cardoso and Maria Helena Maia

**Arquitetura e Poder. Para uma Historiografia do Movimento Moderno em Portugal**

in *Apropriações do Movimento Moderno/ Apropriaciones del Movimiento Moderno. Livro de Actas* (Encontros do CEEA/7, Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques, 23-25 Junho 2011) Porto: CEEA, 2012, p. 113-122

2012 | Alexandra Cardoso e Maria Helena Maia

**Architecture and Discovery of Rural Portugal**

*Theoretical Currents II: Architecture and its Geographical Horizons*, Lincoln, UK, 5-6 Abril 2012. Texto distribuído mas não publicado.

2011 | Alexandra Cardoso e Maria Helena Maia

**“Tradition and Modernity. The Historiography of the Survey on Regional Architecture”**

Accepted [2011] in *Approaches to Modernity*. Porto, CEEA, 2013

2011 | Pedro Vieira de Almeida

**Post-Modernity as a Cultural Weapon**

Accepte [2011] in *Approaches to Modernity*. Porto, CEEA, 2013

2010 | Maria Helena Maia

**From the Portuguese House to the Survey on Popular Architecture in Portugal: notes on the construction of Portuguese architectural identity**

in *Theoretical Currents: Architecture, Design and the Nation. International Conference Proceedings*. Nottingham Trent University, 2010, p. 136-44.

## RELATÓRIOS

2013 | Alexandra Cardoso, Maria Helena Maia e Joana Cunha Leal

### **A "Arquitetura Popular em Portugal". Uma Leitura Crítica. Relatório Final**

Porto, Julho de 2013 (59 pág.)

## COMUNICAÇÕES

2013 | Alexandra Cardoso, Maria Helena Maia e Joana Cunha Leal

### **Arquitetura Popular em Portugal. Valores expressivos: o espaço-transição**

Colóquio Internacional *Arquitetura Popular*. Arcos de Valdevez: Casa das Artes, 3-6 Abril 2013

2012 | Maria Helena Maia e Alexandra Cardoso

### **O Inquérito à Arquitectura Regional: contributo para uma historiografia crítica do Movimento Moderno em Portugal**

*IV Congresso de História da Arte Portuguesa – APHA* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 21-24 Novembro 2012

2012 | Joana Cunha Leal

### **O Plain, Pombaline and (Post)modernism: on some pre and post-Kublerian narratives on Portuguese architecture**

*Symposium Systems of History: Georges Kubler's Portuguese Plain Architecture*, CES – Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 7 Sep 2012

2012 | Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia e Alexandra Cardoso

### **Pedro Vieira de Almeida and the Survey**

*Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture*, Porto: ESAP, 17-19 Maio 2012

2012 | Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso e Joana Cunha Leal

### **Our Project: The "Popular Architecture in Portugal". A Critical Look. Intercalar results of a research Project /**

*Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture*, Porto: ESAP, 17-19 Maio 2012

2012 | Alexandra Cardoso e Maria Helena Maia

### **Architecture and Discovery of Rural Portugal**

*Theoretical Currents II: Architecture and its Geographical Horizons*, Lincoln, UK, 5-6 Abril 2012

2012 | Maria Helena Maia e Alexandra Cardoso

### **Popular Portuguese Architecture: Appropriations /**

ISVS-6 Sixth ISVS Conference: *Contemporary Vernaculars: Places, Processes and Manifestations*, Famagusta, North Cyprus, 19-21 Abril 2012

2011 | Alexandra Cardoso e Maria Helena Maia

### **Arquitetura e Poder. Para uma historiografia do Movimento Moderno em Portugal**

Encontros do CEEA/7: *Apropriações do Movimento Moderno*. Zamora, Fundação Rei

Afonso Henriques, Junho 2011.

2010 | Maria Helena Maia

**From the Portuguese House to the Survey on Popular Architecture in Portugal: notes on the construction of Portuguese architectural identity**

*Theoretical Currents – Architecture, Design & the Nation*, Nottingham, England, September 2010.

2010 | Alexandra Cardoso e Maria Helena Maia

**Tradition and Modernity. The Historiography of the Survey to the Popular Architecture in Portugal/**

Encontros do CEAA/5: *Approaches to Modernity*. Budapest: BUTE, 8 Outubro 2010.

2010 | Pedro Vieira de Almeida

**Post-Modernity as a Cultural Weapon**

Encontros do CEAA/5: *Approaches to Modernity*. Budapest: BUTE, 8 Outubro 2010.

2010 | Alexandra Cardoso

**O Inquérito à Arquitectura Regional**

*A Arquitectura Tradicional Como Património*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 17 Dezembro 2010.

2010 | Maria Helena Maia

**A Descoberta da Arquitectura Popular**

*A Arquitectura Tradicional Como Património*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 17 Dezembro 2010.

## **Referees**

Em diferentes momentos e a diversos níveis realizaram trabalho de revisão [peer review] no que respeita os livros editados no âmbito deste trabalho:

Alexandra Ai Quintas

Alexandra Trevisan

Antoni Remesar

Marco Ginoulhiac

Margarida Brito Alves

Miguel Silva Graça

Miguel Pais Vieira

Paolo Marcolin

Rui Jorge Garcia Ramos

O acesso à documentação reunida e produzida neste projecto pode fazer-se através da página [www.ceaa.pt](http://www.ceaa.pt) ou contactando directamente o CEAA | Centro de Estudos Arnaldo Araújo para o efeito.

## **Agradecimentos**

Família de Arnaldo Araújo

Família de Octávio Lixa Filgueiras

Família de Pedro Vieira de Almeida

Alexandra Trevisan

António Menéres

Carlos Carvalho Dias

Helena Cabral

Joana Couto

Jorge Cunha Pimentel

Miguel Filgueiras

Nuno Pinto Cardoso

Nuno Portas



As Edições Caseiras, publicadas pelo Centro de Estudos Arnaldo Araújo da ESAP, pretendem divulgar em pequenos cadernos, estudos académicos sujeitos a revisão por pares (*peer review*), elaborados no seu âmbito de investigação e interesses.

*Com este quarto e último caderno encerramos a apresentação dos resultados do projecto de investigação A Arquitectura Popular em Portugal. Uma Leitura Crítica, pelo que nele se juntam textos de índole diferente. Por um lado o resultado do estudo que permitiu compreender e enquadrar o Inquérito na evolução da arquitectura portuguesa e internacional, analisar aquilo que sobre ele foi escrito, identificando os principais contributos e compreender o seu significado na cultura arquitectónica portuguesa do século XX. Por outro, um conjunto de documentos que incluem o rascunho das considerações finais que Pedro Vieira de Almeida tinha começado a escrever, a listagem da produção da equipa e o texto do projecto que, em 2009, apresentamos à FCT.*



União Europeia - FSE / FEDER

